

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO**

**A INFÂNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI: SEUS REFLEXOS E
INFLUÊNCIAS**

FLÁVIAN APARECIDA DOS SANTOS ANSELMO

**DEZEMBRO
2005**

**A INFÂNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI: SEUS REFLEXOS E
INFLUÊNCIAS**

FLÁVIAN APARECIDA DOS SANTOS ANSELMO

Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Maria Elena Viana Souza

DEZEMBRO

2005

DEDICATÓRIA

Dedico com muito carinho este trabalho a todas as pessoas que me incentivaram a percorrer essa trajetória, e as crianças, pois, sem elas nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

A Deus condutor da minha vida, por ter me concedido o privilégio de realizar este trabalho, permitindo que chegasse até aqui.

À minha mãe pela força, carinho, atenção, por estar sempre comigo, me motivando, me apontando novos caminhos, a quem muito devo para que esse sonho se tornasse realidade, por todas as noites de chuva ou de céu estrelado me esperando ansiosamente no ponto do ônibus.


À minha irmã amiga de todas as horas, por ter me apoiado durante todo percurso, me ajudando a superar os obstáculos dessa longa caminhada, me confortando com palavras e gestos nos momentos de dificuldades, não me deixando desistir ou desanimar jamais.

À minha avó pela atenção dispensada em todos os momentos, por me escutar pacientemente ler cada palavra, cada frase dos meus trabalhos.

Ao amigo Eugenio por horas a fio de dedicação, compreensão, paciência, por me auxiliar na revisão dos textos, pelo jeito simples de me fazer enxergar a vida de uma outra maneira, a encarar o mundo com outros olhos.

À minha orientadora pelos incentivos, pela disponibilidade, pela atenção dispensada em todos os momentos, por me encorajar nessa jornada, e cuja prática me fez repensar o papel do educador, me mostrando que um novo caminho é possível, que é necessário fazer a diferença.

A todos, muito obrigada.



Somos culpados de muitos erros e de muitas falhas, mas nosso pior crime é abandonar as crianças, desprezando a fonte da vida. Muitas das coisas de que precisamos podem esperar. A criança não pode. É exatamente agora que seus ossos estão se formando, seu sangue é produzido, seus sentidos estão se desenvolvendo. Para ela não podemos responder 'Amanhã'. Seu nome é 'Hoje'.

Gabriela Mistral

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar como a noção de direitos condiciona a vida, não só das crianças mas de cada um de nós e como a partir dessa noção iremos pautar nossos valores e estabelecer nossas relações. A questão dos direitos está estritamente relacionada à concepção de homem e de sociedade na qual estamos inseridos e as diferentes formas de nela intervir. Esse trabalho percorre os horizontes da infância, passando por vários caminhos, indo desde a concepção de criança como um vir a ser, como um adulto em miniatura, estendendo-se pela infância e as concepções de tempo, o tempo da infância como um tempo especial, o uniforme e as concepções de identidade, a alusão ao desaparecimento da infância, chegando, enfim, a concepção de criança como construtora de sua própria narrativa. Faço um breve histórico de São João de Meriti, município localizado na Baixada Fluminense, que contribuiu efetivamente para análise da infância, reconstruindo a história de um povo, caracterizando a sociedade meritiense, os projetos de assistência à infância do município e o perfil de suas escolas públicas. Acreditando que a infância é vivenciada de forma diferenciada no interior de uma mesma sociedade, foram realizadas observações em duas escolas -que aqui chamaremos de Escolas X e Y- com o intuito de perceber como a questão dos direitos está presente no cotidiano das crianças.

Palavras-chave: 1. Infância 2. Crianças – Direitos 3. Leis 4. Direitos Humanos

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
EPÍGRAFE	v
RESUMO	vi
INTRODUÇÃO	9
1 ASPECTOS POLÍTICO-TEÓRICOS SOBRE A INFÂNCIA	11
1.1 PERCORRENDO A HISTÓRIA	12
1.2 A Infância E As Concepções De Tempo	15
1.3 O Uso Do Uniforme E As Concepções De Identidade	18
1.4 O Desaparecimento Da Infância	19
1.5 A Criança Como Sujeito Histórico	21
1.5.1 Direitos De Ter Direito	22
2 RECONSTRUINDO A HISTÓRIA DE UM POVO	28
2.1 HISTÓRICO	29
2.2 Caracterizando A Sociedade Meritiense	31

2.3	Projetos De Assistência À Infância	34
2.4	Perfil Das Escolas Públicas De São João De Meriti	41
3	TECENDO HISTÓRIAS	45
3.1	ESCOLA X	45
3.2	Você Gosta De Ser Criança?	56
3.3	Escola Y	57
	CONCLUSÃO	59
	REFRÊNCIAS	62
	ANEXO	65

INTRODUÇÃO

Várias vezes me peguei pensando no que escrever, vários assuntos me vieram à cabeça mas nada que me atraísse profundamente, foi então que pensei: Por que não falar sobre a Infância? Surgiu um grande dilema a partir daí, falar mais precisamente sobre o quê: Trabalho Infantil, Exploração Sexual, Violência... e a indecisão continuava tomando conta de mim. Rabisquei algumas coisas aqui, outras acolá, todas sem sucesso.

Pensei em desistir do tema, porém quanto mais tentava me afastar mais me aproximava dele. Certa vez, no ponto do ônibus, duas normalistas conversavam sobre suas infâncias e no fervor da conversa, uma delas disse, *eu tive infância, as crianças de hoje não têm*. Parei por alguns instantes a fim de refletir sobre essas palavras que me incomodaram intensamente e saí dali com um peso enorme. Carregava em meus ombros o triste fardo do discurso dessas meninas: o que as faziam pensar desse jeito? O meio que encontrei para responder a esta questão foi pesquisar mais a fundo os caminhos por quais passa a infância.

E desde então, comecei uma verdadeira saga sobre as questões relacionadas à infância. Foram inúmeras idas e vindas a Bibliotecas, Centro Culturais, Escolas, enfim, fui em busca de locais que me proporcionassem o contato direto com o universo infantil. Quando resolvi embarcar nessa aventura achei melhor levar comigo a sociologia, a história, numa viagem de descobertas, de redescobertas, no processo de formação individual, com os objetivos de saber se as crianças hoje, têm direito a infância; em que se constitui a infância meritiense do século XXI, e a concepção de infância do século XXI dos alunos da rede pública municipal de São João de Meriti, unindo o que estudei com aquilo que um dia a infância me significou, chamando para o centro da cena a criança subvertendo a ordem cristalizada que a determina como objeto da história, espectadora passiva do processo social.

A criança faz parte da história e se quisermos encontrá-la basta olharmos para dentro de nós, trazer à tona as recordações latentes no imaginário de cada pessoa. Pensando nas lembranças que a infância nos suscita, escolhi o município de São João de Meriti. Para impulsionar nosso passeio, a escolha não foi ao acaso. Esse município faz parte da minha história, de impressões que impregnam toda minha vida e se fazem presentes nas relações que estabeleço com o outro e com o mundo.

Parti disposta a enfrentar os percalços dessa trajetória, que aliás não foram poucos: perdi as contas de quantas vezes ouvi: *agora não posso atendê-la por favor volte mais tarde,*

infelizmente não posso te dar atenção volte outro dia, a pessoa responsável por esse setor ainda não chegou você pode esperar um pouco...

A sensação de incapacidade diante da situação era angustiante, pois, nada podia fazer a não ser ficar a mercê da boa vontade das pessoas, para resolverem os problemas, o que me fez pensar ainda mais nas crianças vítimas desse sistema. Crianças que, muitas vezes, encontram pessoas descomprometidas e/ou incapazes de decidirem por suas vidas.

Por isso resolvi partir do pressuposto de que: “A verdade é que se houve sempre criança, não houve sempre infância”. Para percorrer os rumos da infância meritiense, destaco a questão dos direitos como eixo norteador desse trabalho, tendo como fio condutor a educação, e principalmente as escolas de São João de Meriti. O título que escolhi para ser o carro chefe desse passeio é: **A Infância do município de São João de Meriti: seus reflexos e influências.**

Para entender como a infância é vivenciada nesse município, foram observadas duas escolas localizadas em Éden, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários. A escola é um espaço fértil para refletir acerca da noção de direitos, pois, muito contribui para a construção da identidade e a formação do indivíduo, espaço de construção de conhecimentos, de socialização.

Quando resolvi percorrer os caminhos da infância através da noção de direitos, me senti motivada, ou melhor, desafiada a expor o que no nosso século tornou-se causa urgente: a criança como cidadã, como sujeito de direitos. Os direitos tornaram-se plataforma de discursos que fomentam as políticas e práticas sociais. A sociedade assistiu nas últimas décadas do século passado, uma série de acontecimentos que mudaram a forma com que nos relacionamos com as crianças, o que repercutiu diretamente em seu desenvolvimento físico, mental e social.

Mudanças que alavancaram discussões e deram base a um leque de direitos, como por exemplo, direito à alimentação, à educação, à cultura, à saúde, ao esporte, ao lazer, etc. Sem deixar de elencar, entre todos, o principal, o direito inalienável à infância.

Através de um olhar instigante no vasto mundo da infância, analisarei se transformamos as crianças em cidadãs de papel ou sujeitos efetivamente.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS POLÍTICO-TEÓRICOS SOBRE A INFÂNCIA

*A infância é uma árvore florida prestes a dar frutos.
É necessário zelar para que dê frutos bons.*

Eugênio Motta¹

Quando viajamos nas histórias, pensamentos e lembranças da infância, nos deparamos com fatos que deixaram marcas fortes, que se misturam com as melhores recordações de tempos memoráveis, pelo menos para algumas pessoas que revivem esses momentos, há muito esquecidos.

A infância nos transporta a um mundo mágico, cheio de surpresas, agradáveis ou não. Ela traz à tona emoções, sentimentos, ressentimentos muitas vezes escondidinhos em um lugar muito especial. Quem não se recorda das brincadeiras, das travessuras e dos brinquedos prediletos? Só quem viveu a infância com intensidade, pode aí definir, com nostalgia ou espírito de gratidão e saudade por tê-los vividos.

Mas será que as crianças hoje, ainda encontram tempo e espaço para brincar, imaginar, fazer de conta ou simplesmente sonhar?

Responder tais questões não é tarefa fácil, é um trabalho árduo que implica enxergar além de nós mesmos, de nossas atitudes e palavras, que estão diretamente relacionadas com discursos que proferimos, que circulam na sociedade e que aferem o comportamento de crianças, jovens e adultos, moldando suas formas de ser e agir.

Com o intuito de perceber como se estabelece as relações referentes à infância de hoje, é imprescindível fazer-se uma viagem à literatura, para tentar descobrir um pouco mais sobre essa fase que constrói o indivíduo.

Para entender como a infância chega ao nosso século, com sentimento e concepção de criança cidadã, faz-se necessário analisar o passado, pois observar somente o presente seria desconsiderar aspectos importantíssimos que estão presentes na história da humanidade.

Com certeza há um longo caminho a ser percorrido, que vai do silêncio a uma voz que começa a ecoar, tomar conta das pessoas e se projetar na sociedade. Mas, o que permite que a criança passe a ser encarada como sujeito, passando a ter direito à voz?

Para responder a esta questão que tanto aflige o mundo contemporâneo, vamos fazer um passeio, um retorno teórico que vai nos possibilitar fazer várias interpretações sobre este

¹ Membro da Pastoral da Família, Paróquia N.S.Aparecida de Nilópolis

aspecto e a compreender a concepção de infância na qual nos habituamos relacionar que trazem valores, conceitos, crenças, que estão arraigados na sociedade.

O caminho escolhido não foi ao acaso, ele representa a infância que está latente em nós, e que muito mexe com o imaginário de todo mundo. É importante dizer ainda que este passeio é direcionado por um olhar curioso, instigante no vasto mundo da infância, que tem implicações que vão desde a forma de se vestir, de se alimentar, de falar, de cantar, até a identidade que torna as pessoas únicas.

Vamos descobrir um pouco mais dos mistérios que permeiam essa história!

1.1 Percorrendo A História

Philippe Áries em seu livro “História Social da Criança e da Família”, nos fornece elementos para traçar essa viagem.

No mundo das fórmulas românicas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido. (ÁRIES, 1986, p.51)

Esse trecho nos permite fazer uma leitura peculiar e nele percebemos que nem sempre se pensou em criança com esse sentimento moderno. Por isso, nosso passeio toma como ponto de partida a sociedade medieval, pois nela encontramos subsídios para compreendermos de onde vem esse sentimento que tanto nos envolve. Não é absurdo dizer que nessa sociedade, o sentimento de infância não existia. Não significava que as crianças eram deixadas à própria sorte, mas, sim que a consciência de particularidade que distingue a criança do adulto, não existia.

A criança era um adulto em miniatura, encarada como um projeto para o futuro, não importando o que representava. Sob essa ótica podemos comparar a criança a uma obra de arte, sem o sentido romântico que desperta nas pessoas, mas, no aspecto de um traço que passa por várias fases de desenvolvimento até chegar a um produto pronto para ser apreciado.

Essa comparação superficial nos permite analisar dois aspectos relevantes:

O primeiro é que a criança precisava de um tempo determinado de espera, para só então, se tornar adulto e como tal se assumir na sociedade, participar do trabalho, dos jogos, das brincadeiras, ir e vir sem restrições entre os demais, criar, orientar, sugerir;

O outro aspecto é o futuro da criança, que está voltado para sua formação intelectual, profissional, política e moral. Parece que, sob esta perspectiva, a palavra de ordem, “futuro”,

não mudou muito; O que mudou foi a forma de estabelecer essas relações. Hoje, o que prevalece é preparar a criança para o mercado de trabalho, deixando a sua mercê, desenvolver práticas que gerem condições para que possa exercer integralmente a cidadania. Portanto, perguntar a uma criança, *o que ela vai ser quando crescer*, implica elidir o ser, o querer ser, o que ainda não é, é carregar explicita ou implicitamente a concepção de criança que historicamente produzimos e que são produzidas.

Estava intrínseco no ser humano, não levar em consideração as particularidades relativas às crianças, particularidades estas que as tornam parte de um grupo específico, que as distingue dos demais, por isso qualquer prática relacionada a elas bastava. Não eram necessárias medidas especiais, já que a consciência de particularidade não fazia parte das relações que as pessoas estabeleciam.

O próprio significado de infância já nasce carregado de implicações que dizem respeito às convicções do que se acreditava ser verdadeiro.

A primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa ainda não tem seus dentes bem ordenados nem firmes. Após a infância, vem a segunda idade chama-se *pueritia* é assim chamada porque nessa idade a pessoa é ainda como a menina do olho, e essa idade dura até os 14 anos. Depois segue-se a terceira idade, que é chamada de adolescência, que dura até os 28 anos e pode-se estender até os 30 ou 35 anos. (ÁRIES, 1986, p.36)

Um grande passo se deu devido a muitos esforços em conceituar e delimitar as fases da vida e desde então o homem tem a constante necessidade de definir o período equivalente a infância. Não podemos negar que essa constatação representou um fato determinante nas relações que estabelecemos até hoje com as crianças, pois, foi a partir desse momento que começou-se a considerar a criança como um ser em estado específico, diferente do adulto, ainda que não esteja em questão a forma como as crianças vivenciavam plenamente a infância.

O surgimento do termo infância trouxe acima de tudo o silêncio que em certas situações se faz presente na nossa sociedade. A criança já nasce à categoria de mero objeto, com a sensação de incapacidade, seja de falar, de se expressar, etc.

Corazza (2001) nos permite mergulhar um pouco mais nos caminhos pelos quais passa a infância. Ela nos dá pistas da maneira como as pessoas concebiam as crianças, para melhor entendermos qual era a concepção de infância que imperava na sociedade da época.

Por um levantamento do século XVI, de trinta casos de infanticídio, ocorridos na Inglaterra, encontram-se as seguintes causas de mortes: estranguladas; sufocadas; asfixiadas com almofadas; no forno; surradas; em um paiol; afogadas, em balsa e em poço; enterradas em buraco; desnucadas; encerradas em um baú e depois enterradas em um monte de esterco; atiradas contra o pilar da cama; golpeadas; degoladas. (CORAZZA, 2001, p.57)

As práticas sociais dirigidas às crianças, a forma como tratavam a infância que não tinha sequer um lugar, através do infanticídio tolerado (o fato de ajudar a natureza fazer desaparecer criaturas tão frágeis), da Roda dos Expostos¹, etc, podem parecer muito chocantes, à primeira vista. Apressamo-nos, então, em chamar nossos ancestrais de bárbaros, pois, ficamos perplexos ante essa situação. Porém, se pararmos alguns instantes para refletir, diremos sem titubear: “Bárbaros são os outros!” O que nos faz ter esta certeza?

Várias são as barbáries cometidas ainda hoje, como por exemplo, maus tratos, abuso e exploração sexuais, trabalho infantil, etc. Muitas delas se constituem reflexos das relações que estabelecemos como verdadeiras. Essas práticas, muitas vezes, são realizadas com o consentimento da sociedade que não sabe lidar com o intolerável e com o mal-estar que assola a contemporaneidade.

Fazendo um recorte no tempo para tentarmos perceber como a noção de infância que estabelecemos hoje está relacionada com estas práticas que influenciam nossa história, percebemos que história tem sua cadência própria. Ela pode ser narrada sobre um determinado ângulo que privilegia uns aspectos e outros não.

A infância está situada dentro desta história que foi e está sendo escrita por pessoas que consideram o que é relevante, ou não, para sua época. Por fazer parte da história, a infância também é constituída assim: ora indo, ora vindo, sem rigor. Estamos nos referindo à infância de hoje, de ontem, de amanhã, logo não podemos estabelecer regras.

Mas de onde vem esse sentimento que tanto nos punge?

O século XVII foi muito importante no que se refere a infância, pois, ele representou um salto importantíssimo na concepção de criança. Neste sentido Ariès (1986) aponta que a descoberta da infância começou, sem dúvida, no século XIII. Mas, os sinais de seu desenvolvimento só tornam-se evidentes no fim do século XVI e durante o século XVII.

¹ Também chamada de Casa dos Enjeitados, Casa da Roda ou simplesmente Roda. O nome Roda refere-se à assimilação da instituição ao dispositivo onde eram depositadas as crianças. A esse respeito ver o livro *História Social da Infância no Brasil*.

Esses sinais foram caracterizados em retratos de crianças sozinhas que se tornaram numerosos e comuns. Foi também nesse século que os retratos de família, tenderam a se organizar em torno da criança, que se tornou o centro da composição. (p.65)

O sentimento de infância, portanto, é muito novo. Existe, aproximadamente, há quatro séculos. Desde então, estamos aprendendo a conviver com ele, com suas implicações, suas influências, seus reflexos, que determinam os tipos de relações que estabelecemos com o mundo. Isso explica a consciência das pessoas em relação às crianças. Este fato está relacionado à maneira como cada sociedade vai instituir regras de convivências próprias que podem nos parecer estranhas, mas que de certa forma justificam-se por estarem imersas em um determinado contexto sócio-cultural.

A descoberta da infância configura um novo cenário social, onde todos olhares estão voltados para a criança, que passa a ser vista como uma pessoa que tem suas particularidades e especificidades. Por conta desta sensibilidade, vai se espalhando, lentamente, um sentimento até então desconhecido que aos poucos vai “impregnando” as pessoas e tomando conta da sociedade: é o sentimento da infância. Infância essa que vai se caracterizar como um período especial com valores, privilégios e restrições próprias.

Este sentimento não aparece de uma hora para outra, como num piscar de olhos. Ele surge a partir de uma concepção, de uma maneira nova das pessoas se relacionarem com aqueles pequeninos seres que eram quase imperceptíveis.

1.2 A Infância E As Concepções De Tempo

A infância consolida-se como um tempo especial, o tempo da infância em um novo tempo social. Mas de que tempo estamos falando?

Ruth Rocha (2002), chama a atenção para que o tempo na infância se constitua da seguinte forma: “a infância é um tempo muito curto, mas é o período em que se constrói o direito à felicidade” (p.6). Essa afirmação destaca a importância da infância para o ser humano no decorrer de sua vida, pois, é nessa fase que apesar de representar um período breve vai constituir a pessoa para sempre. Infelizmente a infância é um tempo curto para as crianças que têm que entrar cedo no mundo do trabalho, na prostituição e na exploração sexual, enfim, para as crianças que nem sequer sabem o que é ter direito à infância e nem mesmo direito à felicidade.

Mesmo com a difícil tarefa, com o difícil sonho de ser criança no mundo de hoje e apesar de todos os contratempos que a sociedade lhes impõem, a infância representa um tempo especial.

Esse tempo especial da infância nos parece interminável, pelo menos para as pessoas que têm o privilégio de vivenciar esse momento. Os segundos, os minutos, as horas e os dias demoram a passar, e mesmo assim temos a impressão de que desperdiçamos milésimos preciosos que não voltam mais. É essa sensação de desperdício que rege nossa sociedade atual. Agimos como se o tempo nos escapasse pelas mãos.

A cada dia temos a impressão de que nos falta tempo para coisas básicas como alimentar-se, vestir-se, estar com os amigos, ouvir música, ler. Estamos literalmente correndo atrás do tempo. Um dos grandes desafios da sociedade contemporânea é, sem dúvida, administrar este tempo, cada vez mais acelerado e conturbado. Estamos vivendo o tempo do aqui e agora, do imediatismo, do consumismo exacerbado, da supervalorização do ter sobre o ser; E cada vez mais, pautamos nossas relações em cima desses valores.

Mas, o que a infância tem haver com esse tempo? A infância é construída no meio dessa turbulência. Ela é o espelho de uma sociedade desigual, excludente, discriminatória, preconceituosa, individualista, egocêntrica, portanto, injusta, que simplesmente consolida o sistema vigente logo está imersa neste tempo, está condicionando e sendo condicionada.

Desde que a infância foi caracterizada pela sua singularidade, o tempo se fez presente. Ele passou a organizar, de forma própria, de uma maneira diferente e peculiar, as relações que envolvem a infância.

Sabemos que a infância é concebida de forma especial, forma essa, que tem seu ritmo próprio que difere a criança do adulto. Em nome dessa singularidade criam-se mecanismos para vigiar e preencher o que a descoberta da infância gerou: um tempo vazio e ocioso. Surge, então, uma instituição nova: o colégio.

A princípio, para dar conta da formação, da racionalidade dos costumes e da disciplina. Hoje, o colégio apresenta uma maior complexidade, não apenas no que se refere ao processo educativo, mas como vigilância e enquadramento. Como afirma Áries (1986)

A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso que no século XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato. (ÁRIES, 1986, p.277)

A concepção do que é ser criança, como um ser particular diferente do adulto, provoca uma nova mentalidade nas pessoas: a de que era necessário criar práticas para tratar desses seres. Fez-se indispensável ocupar o tempo vazio, tirar as crianças da crueldade e dos perigos que a própria sociedade lhes impôs.

A escola aparece como uma alternativa, para atender as exigências da família, da sociedade e desse ser que estava se constituindo. Surge como uma instituição educativa especializada, num novo ordenamento social dos indivíduos. Ela torna-se a representante máxima da infância.

A partir deste momento, vão surgir locais especializados como os orfanatos, os educandários e esses ambientes vão demarcar o espaço-tempo da infância. Ou seja, o tempo da infância passa a ser o tempo escolar. Este tempo passa a organizar a infância, antigamente livre, em um espaço físico delimitado que resulta no confinamento, “encaixotamento” das crianças, estabelecendo regras cada vez mais rígidas e diferentes formas de se relacionarem com a cultura e com a sociedade.

A escola é um ótimo cenário para pensarmos o tempo porque o tempo da escola se mistura com as lembranças da infância, adolescência e juventude. O tempo da escola é um tempo forte, marcante nos processos de socialização, construção de nossos saberes, valores e condutas. O tempo e a escola são um palco perfeito onde seus atores tecem histórias e representam papéis bastante distintos.

Pensar na escola sob a arquitetura do tempo, envolve, acima de tudo, observar sua estrutura e seu cotidiano. A escola é um processo organizacional que gira em torno do tempo. Ele se materializa nessa instituição através de vários fatores determinantes que expressam o pulsar da vida, seja, por meio do calendário escolar que fixa os dias letivos, os feriados, os eventos, as festas, as avaliações, o recesso etc.. O tempo do relógio, cronológico, que regula os movimentos de todos envolvidos nesse processo, sejam diretores, professores, alunos, enfim a comunidade escolar em geral. Como postula Correia (1986), “(...) A escola passa a ser vítima do tempo.” (p.70). No momento em que o tempo passou a ser o eixo norteador central da dinâmica escolar, ele se tornou o fio condutor de todas as operações realizadas nesse espaço.

Podemos perceber a importância que o tempo representa na escola, observando a forma como o vivenciamos: segmentamos todo processo, estabelecemos horários para entrar, sair, conversar, recrear etc. Fragmentamos o máximo que podemos todas as atividades para que se realizem dentro do tempo minimamente calculado.

Assim, a escola nega outros tempos como por exemplo, o tempo subjetivo aquele que é visto, interpretado, vivido por cada indivíduo levando em conta suas necessidades, sentimentos, percepções do mundo. Aquele tempo que é único para cada pessoa. O tempo individual se confunde com o tempo geral, no momento em que homogeneiza as pessoas, como se todas tivessem o mesmo ritmo.

1.3 O Uso Do Uniforme E As Concepções De Identidade

O uniforme, assim como o tempo, também representa um aspecto importantíssimo tanto no que se refere à concepção de infância quanto a de escola porque estas questões estão intimamente interligadas. Uma das primeiras especificidades da infância se manifestou através das vestes. Segundo Áries (1986) “No século XVII, entretanto, a criança, ou ao menos a criança de boa família, quer fosse nobre ou burguesa, não era mais vestida como os adultos. Ela agora tinha um traje reservado à sua idade, que a distinguia dos adultos.” (p.70)

Quando a criança passa a se distinguir do adulto, essa distinção se dá de forma evidente no âmbito social, através de classe, de gênero. Basta olharmos a maneira como tratavam as meninas que independentemente da classe, da condição econômica, até um determinado tempo, continuavam a se vestir igual às mulheres adultas. Não tinham um traje que as caracterizassem. A infância era vivida de forma diferenciada no interior de uma mesma sociedade. Ou seja, a infância já nasce pautada em relações contraditórias e desiguais, que deixam marcas que perduram até os nossos dias.

Para Correia (1996), “o uniforme é o símbolo do tempo específico da escola. Toda pessoa uniformizada está em um estado ou tempo específico: a veste nupcial, sagrada, militar... O uniforme só serve para o tempo de escola.” (p.105).

Na escola não há uma uniformização apenas das vestes, dos hábitos, mas uma uniformização intelectual e moral, onde todos seguem os mesmos movimentos cadenciados, onde todas as pessoas são conduzidas para um mesmo caminho porque é mais fácil manipular quando todos estão no mesmo esquadro, pois, temos muita dificuldade em lidar com as diferenças, em tolerar o outro.

O uniforme é a marca registrada de uma empresa, de uma fábrica, de uma escola, etc. Ele estabelece uma relação estreita com a identidade, na medida em que nivela, ou melhor, ignora, submete as pessoas a uma única identidade, como se todas agissem da mesma forma, como se todas fossem iguais. Usar o uniforme implica ocultar a subjetividade, é esconder-se perante si e perante os outros.

A vida é feita de vários sons e as pessoas não dançam no mesmo compasso. É no embalo do dia-a-dia que o homem cria e recria sua personalidade. Na grande cadência da vida somos constituídos passo a passo na diversidade.

No musical dessa história, perder o tempo individual é perder a identidade, é deixar de lado a subjetividade, é abrir mão da particularidade, para fazer parte de um tempo que coloca as pessoas nas mesmas condições. Por isso, o termo individual tem uma estreita relação com o conceito de identidade que são os caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa e que têm a ver com os valores, as condutas, e a moral que ao longo da vida constituem os indivíduos.

Analisando identidade de modo mais amplo, na proposta de Ferreira (2000) "... é uma referência em torno do qual o indivíduo se auto-reconhece e se constitui, estando em constante transformação e construindo-se a partir de sua relação com o outro." (p. 47)

Podemos observar que o ser humano é uma matéria-prima que está em permanente construção e reconstrução ao longo da vida. Identidade é um processo contínuo, onde aprendemos e reaprendemos a viver a cada momento. Falar de identidade é falar da infância, da adolescência, da juventude, do adulto, enfim, é falar do ser humano em todas as fases da vida. É falar das múltiplas impressões que nos rodeiam e de que somos resultados.

Identidade diz respeito às relações pessoais, às relações que estabelecemos com o outro e com o mundo. A identidade começa a se formar na infância e deixa marcas que carregamos para o resto da vida, que podem se revelar em traumas, angústias, alegrias etc, que permeiam a história de cada um de nós.

Segundo Corazza (2001) o sentido de identidade infantil é este: "foi a partir da união entre identidade dependente e a necessidade-de-adultização, que o infantil foi criado como uma identidade natimorta, isto é: como uma identidade que nasceu morta, ou que, vindo à luz com sinais de vida, logo morreu." (p.61)

1.4 O Desaparecimento Da Infância

Muitos pesquisadores afirmam que a infância nunca existiu de fato, que foi uma invenção. Que a cada dia estamos caminhando rumo ao desaparecimento da infância. *Era uma vez* a infância querida, que a Internet, a mídia, a televisão, o videogame corromperam e que os tenros dias não voltam mais.

A esse respeito Kramer (2000) afirma que "o desaparecimento da infância ou a destruição do conceito de infância está diretamente relacionado à destruição do próprio conceito de homem como sujeito da história e da cultura." (p.50)

Porque apesar de todas as previsões desanimadoras, ainda persistimos em considerar os infantis? Por que cuidar de uma identidade do tipo natimorta?

As respostas podem ser encontradas se olharmos para o nosso interior e para a sociedade, pois, as crianças são reflexos daquilo que acreditamos ser verdadeiro. Depositamos nelas, nossos desejos, nossos sonhos, nossas vontades, tudo que não pudemos ser. Precisamos do infantil, para nos reconhecermos como autônomos, independentes, realizados. Projetamos nas crianças a continuação da vida.

A cada dia, cresce o número de pessoas envolvidas em causas referentes à infância, sejam, pesquisadores, médicos, professores, especialistas de diversas áreas, que com suas contribuições vão desenhando o perfil da criança de hoje. Esse acontecimento não é mera obra do acaso, ele revela que a identidade do infantil desperta em todos engajados nesse processo, seja, direta ou indiretamente, um turbilhão de sentimentos que vão desde a preocupação, desconforto até a insegurança pelo qual passam os rumos da infância.

Está evidente que apesar de todos os percalços, a infância ainda constitui um lugar específico na sociedade, por isso precisa ser cuidada e protegida, para não desaparecer, como afirmam alguns pensadores. Falar sobre infância, hoje, não é tarefa fácil. É enveredar-se nas multiplicidades de faces que conduzem o caminhar. A infância percorre muitos caminhos e descaminhos, que são feitos de flores e dissabores, passa por muitas mãos e corações que escrevem o destino dessa história. Valorizar a infância, tornou-se causa urgente no nosso século. Afinal, existe algo mais precioso do que zelar pelo patrimônio de um povo?

Cada vez mais, a sociedade atribui tarefas onerosas às crianças, seja, como esperança de um mundo melhor, ou como futuro da nação, como articula Mello (1990): “O Brasil, enfim, tem que se conscientizar de que ou salvem-se as crianças, ou perde-se o país.” (p.13) E para tal é imprescindível a colaboração de todos os cidadãos, da família, da escola, das empresas, da igreja, responsáveis em fazer da infância um estado de bem-estar e felicidade.

Resta às crianças, a difícil missão de ser co-autora, de desempenhar o papel principal, na grande dramaturgia da vida. Elas entram em cena como *as salvadoras da pátria*, polemizando os debates sobre as relações entre adultos e crianças, subvertendo a ordem cristalizada.

Precisamos defender e garantir o que historicamente lutamos para conseguir como os direitos, o respeito às diferenças. Uma das maiores dificuldades do ser humano, sem dúvida, é lidar com as diferenças. É reconhecer que o que torna o ser humano singular, é ser plural. A destruição da infância é um retrocesso. É assumir a incapacidade e a intolerância da humanidade em lidar com as crianças.

1.5 A Criança Como Sujeito Histórico

Pensar em criança no século XXI, é pensar na pluralidade que molda o indivíduo, é pensar na concepção de criança cidadã, sujeito sócio-histórico, detentores de direitos, assegurados pela lei. Como afirma Kramer (2000) “as crianças são sujeitos sociais e históricos, marcados pelas contradições da sociedade em que vivemos.” (p.38).

Neste sentido, Sarmiento (2001) ressalta que

A infância é uma construção social. O estatuto e os papéis sociais que são atribuídos a este grupo geracional mudam com as formas sociais são historicamente produzidos e, no interior de uma mesma sociedade, são objecto de variação e de mudança, em função de variáveis sociais como a classe social, o grupo étnico, etc. (SARMENTO, 2001, p.13)

Não podemos pensar na criança como sujeito a-histórico, a-social. Ela já nasce imersa numa cultura, onde produz e é produzida. Ela já é um ser social, um sujeito historicamente contextualizado e negar a história é apagar o passado do qual somos resultados. Não podemos pensar num conceito único de criança, pois, estaremos desconsiderando as múltiplas formas de ser criança no mundo em que vivemos.

Quem já não ouviu a afirmação de que criança é criança em qualquer lugar do mundo? Será? Ser criança é fazer parte de um grupo específico, é estar em uma determinada faixa etária. Ser criança é em um estado particular de espírito. Ser criança, além de tudo, é ter o direito à infância ou simplesmente o direito de ser criança. É levar em consideração que fazemos parte de culturas distintas, que somos e estabelecemos relações diferentes que constituem cada indivíduo. Portanto, pensar na criança universal, igual em classe social, etnia, etc, é desconsiderar suas peculiaridades e reforçar o estereótipo de criança padrão.

Segundo o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 2º - considera-se criança, para efeitos desta Lei, pessoas com até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

A essa altura estamos falando de um Estatuto, criado em 13 de julho de 1990 sob a lei nº 8.069, que tem como objetivo propor direitos iguais a todas as crianças e garantir seu desenvolvimento no ponto de vista social, psicológico e biológico, mas sabemos que nem sempre foi assim. Um longo caminho foi preciso para que chegássemos a noção de infância que temos hoje: a concepção de criança cidadã.

As ações referentes a infância, no século XXI, estão voltadas para o campo da cidadania. De repente, descobriu-se que as crianças precisam ser ainda mais protegidas e torna-se imprescindível criar práticas cada vez mais eficazes, para atender esse público que vem representando uma demanda, bastante expressiva, com necessidades próprias e urgentes; As pessoas começam a se preocupar com a essência da criança; A concepção de criança como coisa, como objeto, como um vir a ser, não pode mais encontrar espaço na nossa sociedade, o que passa a vigorar em nosso tempo é a criança como prioridade absoluta.

E para que essas exigências se efetivem verdadeiramente, nada melhor do que implementar normas, condutas, ou melhor, estabelecer leis para defender, guardar as crianças da impunidade que são impostas freqüentemente. Mergulhemos um pouco em um breve histórico dos direitos muitas vezes adormecidos e esquecidos referentes a infância que atravessam séculos e conduzem a vida de todos nós, para entendermos como o sentido do termo Direitos que usamos hoje está intimamente interligado com estas questões que estão bem vivas em nós.

1.5.1 Direitos De Ter Direitos

Chegamos ao ponto crucial da nossa viagem, e quem sabe, de todos, o mais importante. O caminho percorrido até aqui nos possibilitou analisar com um olhar diferente as peripécias que envolvem a infância, através de uma narrativa que tem como eixo central a criança. Avançamos, consideravelmente, no que se refere à infância no decorrer da história: A criança saiu do anonimato absoluto e passou a ocupar as páginas da história em que ela é a personagem principal.

Cada sociedade vai instituir, de forma própria, a maneira como seus protagonistas vão tecer a história. A história da nossa sociedade está sendo escrita por um sentimento novo: o sentimento de criança cidadã e sujeito de direitos e estamos sendo fitados por este sentimento. Não porque somos bonzinhos a ponto de deixarmos essa nova sensação nos embriagar, e sim porque não mais conseguimos agüentar as atrocidades que são impostas às crianças.

A cada dia, cresce assustadoramente o número de dados alarmantes sobre a infância, seja no jornal, nas revistas, na mídia, dados nos impressionam, nos deixam atônitos, nos chocam e nos fazem repensar, mesmo que por alguns instantes, o que estamos fazendo da infância. Mas, mesmo com toda a indignação, ao mesmo tempo, continuamos indiferentes a esta situação, como se a infância, ou melhor, a vida de cada criança, nada tivesse a ver com cada um de nós. No máximo, nos comovemos ao ler uma reportagem aqui, ao ver uma imagem acolá.

Engasgamos, entristecemos, choramos, nos alegramos, mas infelizmente, não é o suficiente para mudar o curso da história do João, da Maria, da Madalena, enfim, das crianças que estão espalhadas por aí, implorando-nos por socorro!

O sentimento de criança, autora de sua própria narrativa, produz resistência e recusa. Há um certo medo do novo, do inesperado. Este sentimento avança em marcha lenta, na mesma proporção que nos conscientizamos de que é preciso respeitar os direitos concedidos em todo mundo.

Os direitos não são doados, não vêm através de caridade, não vêm em bandejas, prontos para serem servidos. Os direitos são sempre conquistados, a base de muita luta de um povo unido e organizado. Como postula Graciliano Ramos “O povo não tem grandes amigos. O maior amigo do povo é o próprio povo organizado.”

Podemos dizer que a idéia de direitos e de cidadania está atrelada a Revolução Francesa, acontecimento histórico que desde 1789 mudou o destino de todo o mundo. O poder estava centralizado na mão de poucos - dos nobres e do clero - enquanto o restante do povo trabalhava para servi-los. A situação chegou a um ponto insustentável o que provocou uma revolução que teve como lema “Liberdade, igualdade e fraternidade” e que veio a transformar a sociedade e que deu origem ao conceito de cidadão: é o indivíduo que vive sob as leis do Estado e que tem direitos e deveres iguais de qualquer pessoa.

Segundo Dimenstein (1995) é importante saber direito o que é cidadania, já que é uma palavra muito usada todos os dias e tem vários significados. Mas, hoje, significa, em essência, o direito de viver decentemente. Para Costa (1990), “o conceito moderno de cidadania, portanto, tem como conteúdo básico os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. Sem a inclusão dessas três dimensões essenciais, a cidadania será sempre parcial, mutilada, incompleta.” (p.70)

Os ideais da Revolução Francesa possibilitaram a implementação de um documento que foi a “Declaração dos direitos do homem e do cidadão”, que afirmava que todo homem tem direitos que precisavam ser respeitados, e que não podem ser violados sob nenhum pretexto. Começava-se a falar sobre direitos e desde então vários passos foram dados com o intuito de promover o homem na sua totalidade e resguardá-lo perante a sociedade.

É nesse momento que se inicia a história dos direitos das crianças. Depois da Primeira Guerra Mundial, foi redigida a “Declaração dos Direitos das Crianças”, em 1921, pela Liga das Nações, organização criada para preservar a paz e a segurança no mundo e promover a cooperação entre as nações. Essa declaração afirmava o direito do menor ao crescimento normal, protegido de todo tipo de exploração.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, foi fundada, em 1946, a Organização das Nações Unidas (ONU), que substituiu a Liga das Nações. Junto com ela foi criado o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), encarregado de dar assistência às crianças, vítimas de guerras na Europa, mais tarde sua atuação se expandiria para o mundo inteiro.

Em 1948, foi aprovada a “Declaração Universal dos Direitos Humanos” e o documento afirmava que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. Valorizava o papel da família na sociedade ao pedir que se dedicassem cuidados especiais à maternidade e à infância.

O resultado desses documentos teve repercussão direta no Brasil, que infelizmente tem no seu histórico sobre a assistência à criança, ou melhor, sobre os direitos da criança, uma herança de descaso e abandono.

Não tivemos no país uma instituição que atendesse à chamada infância desvalida. Essa tarefa ficou sob o encargo das Santas Casas de Misericórdia, das Confrarias e Irmandades . Esse conjunto foi responsável em lidar com a questão do menor, nos quatro primeiros séculos de nossa história.

Em 1923, foi criado o Juizado de Menores, mais somente em 1927, entrou em vigor o Código de Menores, de acordo com Corrêa (2001) “do qual constava a proibição do trabalho de crianças até 12 anos e sua impunidade até aos 14 anos. Dos 14 ao 18 anos, as crianças poderiam ser internadas em ‘estabelecimentos especiais’ e dos 18 anos em diante seriam puníveis pelos crimes cometidos.” (p.84)

Com a criação do Código de Menores as crianças pobres passaram a ser denominadas, “menores” subdivididas em três categorias segundo Paiva (1998): “abandonados, para os que não tinham pais; moralmente abandonados, para os que eram oriundos de famílias que não tinham condições financeiras e/ou morais; delinqüentes, para os que praticavam atos ‘criminosos’ ou contravenções.” (p.28)

Ao traçarmos uma escala linear do tempo encontraremos as seguintes datas que marcaram épocas:

- 1934- Criado o Departamento Nacional da Criança- Ministério da Educação e Saúde;
- 1937- Primeira Delegacia Especial de menores;
- 1940- Novo código penal menoridade até 18 anos;
- 1941- Criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM);

- 1943- Decreto Lei nº 6.026, tinha como objetivo substituir a anterior no tangente ato infracional (foi uma lei de emergência), com a denominação Menor infrator, regia sobre os menores de 18 anos que se tornaram inimputáveis (determinação do código penal de 1940);
- Lei 5.258/67 e Lei 5.439/68, tinham como objetivos mudanças na idade penal, denominação Menor infrator, regiam sobre a ação de imputar ou não os menores de 18 anos;
- 1976- CPI do Menor;
- 1979- Segundo código de Menores e Ano Internacional da Criança, com o objetivo de dar assistência, proteção e vigilância de menores, denominação Menor em situação irregular, considerava-se menor os que tivessem menos de 18 anos.

A época da República foi um período em que a mentalidade que vigorava era “problema social é caso de polícia”. Essa mentalidade se cristalizou no SAM, o menor era visto como ameaça social era preciso corrigi-lo, a fim de devolvê-lo ao convívio social.

A criação da FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor -, em 1964 sob a lei nº 4.513, no regime militar, representou uma alteração nas práticas direcionadas às crianças, com a criação das denominadas Febem(s) – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - instaladas em todo território nacional com a política de *Estado de Bem Estar*, passa a ter uma mudança na assistência à infância abandonada, que não mais era tida como assistencialista e repressiva.

O código de 1979 não atendeu ao principal interesse da infância e juventude, pois se destinava somente aos que se encontrassem em situação irregular. Não atendia aos reais interesses de proteção às crianças.

Diversas leis foram criadas desde o Brasil Colônia, mas nada que representassem mudanças significativas, em relação às crianças. Eram leis que simplesmente não atingiam o foco do problema. Funcionavam como medidas paliativas vistas no âmbito jurídico, que não diziam respeito às questões sociais, comprometidas com os direitos individuais, independente da idade, sexo, etnia, etc.

Outros documentos foram instituídos a fim de dar conta da nova conjuntura social que surgia, como a dos Direitos das Crianças, em 1959, na Assembléia Geral das Nações Unidas

que entre os seus dez pontos tem no seu primeiro artigo “Direito à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade.”

Essa declaração representou um passo importante na história dos direitos das crianças, pois através dela ficava expresso em lei, que todas as crianças devem ser respeitadas sem qualquer distinção, ficava especificado a importância de tratar as crianças como um ser particular, que precisava ter suas potencialidades desenvolvidas e resguardadas.

A década de oitenta foi emblemática no que se refere aos direitos da criança e do adolescente. Ela foi, efetivamente, palco do surgimento e desenvolvimento de uma nova consciência, de uma nova postura em relação à população infanto-juvenil.

Nesta fase destacam-se:

- a Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- a Pastoral do Menor da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil);
- o Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua;
- a Comissão Nacional Criança e Constituinte.

Em 1986, foi assinada a Portaria Interministerial 449, criando a Comissão Nacional da Criança e Constituinte. Envolve os Ministérios da Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social, Justiça, Trabalho e Planejamento.

Em 5 de outubro de 1988, o Brasil incorpora a Carta Magna, pelo artigo 227 da Constituição Federal, onde as crianças e adolescentes do país passam a ser, sujeitos de direitos, cabendo ao Estado, à família e toda a sociedade, a responsabilidade pela formação plena das crianças e adolescentes.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (FILHO, 2001, p.30)

Essa Constituição representou uma valiosa contribuição, pois, deixava bem explícito, o papel de toda sociedade, no intuito de garantir o direito ao desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Em 1989, a Onu e o Unicef, na Convenção sobre os Direitos da Criança, aprofundaram o debate sobre a proteção às crianças, e vários países se comprometeram com o compromisso de dar assistência aos pais ou responsáveis por menores de dezoito anos. Entre outros direitos

podemos ressaltar o: “Direito de não ser privada da liberdade de maneira ilegal ou arbitrária e também o de não ser submetida à tortura, nem a outros tratamentos ou penas cruéis.”

Através da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente também conhecido como ECA, em 13 de julho de 1990, sob a Lei nº 8.069 propõe-se um conjunto de direitos à infância e à juventude do nosso país. Demos um passo importantíssimo na história, não somente nos aspectos relativos aos direitos mas também na própria história da humanidade.

O Estatuto representa um marco significativo, neste novo tempo, onde estamos começando a tecer novas relações. Ele sugere, além de outras coisas, mudanças de comportamentos e atitudes, que se projetam pela sociedade.

Estamos conseguindo superar os resquícios de um triste passado e deixando de perceber as crianças como pobres, carentes, que precisam de medidas assistencialistas e repressoras, para encará-las como sujeito de direitos. Essa transformação de criança cidadã, anda na contramão de velhas práticas incrustadas na estrutura organizacional da nossa sociedade. Essas relações começam a mudar pela própria institucionalização do Estatuto, criado por várias mãos, pela participação coletiva social.

Mas, para a efetivação verdadeira desse Estatuto, é necessário que se faça cumprir suas determinações em todos os segmentos da sociedade. Isso significa que todas as esferas públicas e privadas, organizações não governamentais, enfim, cada um de nós, precisa estar realmente envolvidos nesse processo.

Muito se tem lutado para isso, mas muito ainda se tem a fazer. Com certeza, não é uma luta fácil, pois, a fome, o trabalho infantil, a violência, a prostituição, os maus tratos, ainda são sérios empecilhos para o desenvolvimento das crianças. A lei por si só, não garante que os direitos se efetivem de fato. Depende de todo um conjunto que mobilizados e empenhados, façam valer que os direitos conquistados, sejam respeitados, saiam do papel e cheguem a vida de cada um de nós e, finalmente, as crianças tenham seus direitos realmente vivenciados.

CAPÍTULO 2

RECONSTRUINDO A HISTÓRIA DE UM POVO

Resgatar a história de vida dos homens significa não só reconstituir-lhes enquanto sujeitos, mas reconstituir também sua cultura, seu tempo, sua história, re-inventando a dialogicidade, a palavra, a memória, na tensão do particular e da totalidade.

Sônia Kramer

Quando falamos da história de um povo, de um lugar, de uma pessoa, nos referimos as multiplicidades de relações que interagem dentro de um espaço, falamos de atores que tecem histórias que se interpelam e se contradizem.

Falamos de sentimentos, emoções, recordações, que trazem à tona, marcas de um passado, às vezes, não muito distante, que se refletem em impressões de um tempo, de uma cultura, bem presentes nas vidas das pessoas que fazem parte dessa história; Falar de história, é falar de pessoas, de gente, que saltam às páginas do faz de conta para fazer parte do livro da vida, e que traçam os rumos da história;

É misturar vozes que ecoam, e se fazem ouvir através dos dados estatísticos, das manchetes de jornais, de revistas, de televisão, de rádio. Enfim, não significa falar apenas de números, como se as pessoas fossem apenas mais um quantitativo, ao contrário, é falar de lembranças que rodeiam e que conduzem o caminhar das pessoas; É falar de pessoas que são histórica e socialmente construídas.

Reconstruir a história de um povo é mostrar que as marcas do passado, latente no imaginário, na vida de cada um, refletem muito, o que um dia esta história lhe significou, é conscientizar-se de que somente hoje, podemos construir um futuro melhor, mais justo, mais humano, é mostrar que o indivíduo faz parte dessa história, onde condiciona e é condicionado, é estabelecer relações com o outro e com o mundo, determinando o sujeito dessa história.

Resgatar a história de um povo, é dar ao indivíduo o direito de conhecer suas raízes, é proporcionar-lhe o direito de saber de onde veio, porque o homem que conhece sua história pode intervir diretamente no processo de sua construção, ele está comprometido com o meio social, do qual tem orgulho de fazer parte. Esse mecanismo de descoberta funciona como um ciclo contínuo. A noção de participar da história envolve a auto-estima e reflete nas relações sociais que são estabelecidas.

Falar de São João de Meriti, um dos treze municípios que compõem a Baixada Fluminense, é resgatar a história de um povo, de suas características, de seus habitantes, que de forma própria, tecem narrativas, desenhando o perfil do lugar. É falar das relações que impregnam cada pessoa e se dissipam pela sociedade. É falar de marcas fortes presentes no imaginário das pessoas, mas também significa marcar.

As relações que se estabelecem nesse município são reflexos do passado de dependência que influenciam no comportamento e práticas políticas, econômicas e sociais, nele implantado por seus primeiros gestores.

Cada lugar tem suas características próprias portanto, este município não seria diferente, isto é, vive desde a época de sua emancipação, na dependência das decisões tomadas por autoridades descomprometidas e/ou incompetentes para gerar sua própria evolução sócio-econômica. O que naturalmente influiria no crescimento, na qualidade da educação pública oferecida a seus habitantes, bem como, tornou menos eficientes as atividades nas áreas de saúde e segurança.

Para entendermos como as políticas direcionadas ao município de São João de Meriti afetam diretamente sua população, é necessário que façamos uma retrospectiva de sua história.

2.1 Histórico¹

Do Rio Sarapuí a Serra de Jerixinó, começa aqui a história do que hoje conhecemos por São João de Meriti, que envolvia as terras que hoje compõem parte dos municípios de Caxias e Nilópolis.

O processo de colonização do município teve início na segunda metade do século XVI, por volta de 1660, ao redor do Rio Miriti que nesta época era navegável e contava com portos fluviais distribuídos entre o que hoje correspondem às localidades da Pavuna e São João de Meriti. A região abrigava diversos caminhos em terra firme e funcionava como entreposto possuindo armazéns, vendas e hospedarias. Escoava a produção agrícola (milho, mandioca, feijão, arroz, legumes, açúcar e aguardente) e recebia produtos importados. Esta região, ecologicamente era formada por florestas com madeira de lei e era habitada por centenas de indígenas do tronco tupi-guarani.

¹ Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria-Geral de Planejamento, Estudo Socioeconômico 2004 São João de Meriti; Programa Municipal de Desenvolvimento local Integrado e Sustentável do Município de São João de Meriti – PMDLIS e pelo site: www.ipahb.com.br

Em 1833, sendo o povoado de Iguassú (Maxambomba, e atualmente Nova Iguaçu) foi elevado à categoria de vila e sede do Município, a Freguesia de São João Batista de Meriti, passou a integrar aquela jurisdição como seu 4º Distrito.

O rio Miriti foi navegável até meados do Século XIX. Mas, a partir desta época, entrou em declínio, devido ao intenso desmatamento em suas cabeceiras e margens. Obstruíram-se o curso d'água; o matagal cobriu extensas áreas às suas margens; o leito, turfado pelo assoreamento, transformou-se em fonte de doenças.

Com a economia em fase ruim, aliado ao fato de ter inaugurado em 23 de abril de 1886 trecho da linha férrea ligando o Rio de Janeiro a Estação de Meriti, e o povo sem meios de recuperá-la, abandonou a Vila de São João Batista de Meriti, fixando-se nos arredores em escassas comunidades, mormente, em torno da Estação de Meriti (atual Duque de Caxias), em cujas proximidades teve início um pequeno comércio. O que justificou seis anos após, em 1892 pelos Decretos nº 01 e 1-A, São João de Meriti é elevado a categoria de Vila.

Somente por volta de 1898, com o estender dos trilhos das Estradas de Ferro "Linha Auxiliar" e "Rio Douro", voltou à prosperidade. Deve-se o ressurgimento da vida social da Cidade de São João Batista de Meriti às obras de saneamento da Baixada Fluminense, mandadas executar pelo Presidente Nilo Peçanha, o que levou a cidade a ser tomada por inúmeros loteamentos, principalmente às margens das ferrovias, definindo assim as primeiras áreas de ocupação - do centro em direção a São Mateus e Édem, regiões que historicamente sempre definiram a vida social, econômica e política do município.

São João de Meriti jamais teve grande expressão política nas esferas estadual e federal, o que naturalmente colabora para o entrave no desenvolvimento sócio-econômico da cidade, haja visto não contar em pleno século XXI, se quer com um hospital público estadual ou federal, tendo sua população que usufruir os pequenos postos de saúde que por sua vez, não tem suporte para atender a demanda, tendo que fazer uso dos hospitais dos municípios circunvizinhos, que também vivem as dificuldades comuns em todas as dimensões da saúde oferecida em todo país. Politicamente, São João de Meriti, como toda Baixada Fluminense, sofre com o descaso dos constituintes do poder público.

No início da década de 1940, São João de Meriti fazia parte do território de Nova Iguaçu, como todos os outros Municípios da Baixada Fluminense. Porém, com o processo de crescimento acelerado e amplo, o Município de Nova Iguaçu, de acordo com as circunstâncias urbano-populacional foi reestruturado, proporcionando, assim, a criação de novos municípios.

Em 1931, foi formado o distrito de Duque de Caxias, com sede em Meriti, território desmembrado do distrito de São João de Meriti, município de Iguaçu. Em 31 de dezembro de

Em 1833, sendo o povoado de Iguassú (Maxambomba, e atualmente Nova Iguaçu) foi elevado à categoria de vila e sede do Município, a Freguesia de São João Batista de Meriti, passou a integrar aquela jurisdição como seu 4º Distrito.

O rio Miriti foi navegável até meados do Século XIX. Mas, a partir desta época, entrou em declínio, devido ao intenso desmatamento em suas cabeceiras e margens. Obstruíram-se o curso d'água; o matagal cobriu extensas áreas às suas margens; o leito, turfado pelo assoreamento, transformou-se em fonte de doenças.

Com a economia em fase ruim, aliado ao fato de ter inaugurado em 23 de abril de 1886 trecho da linha férrea ligando o Rio de Janeiro a Estação de Meriti, e o povo sem meios de recuperá-la, abandonou a Vila de São João Batista de Meriti, fixando-se nos arredores em escassas comunidades, mormente, em torno da Estação de Meriti (atual Duque de Caxias), em cujas proximidades teve início um pequeno comércio. O que justificou seis anos após, em 1892 pelos Decretos nº 01 e I-A, São João de Meriti é elevado a categoria de Vila.

Somente por volta de 1898, com o estender dos trilhos das Estradas de Ferro "Linha Auxiliar" e "Rio Douro", voltou à prosperidade. Deve-se o ressurgimento da vida social da Cidade de São João Batista de Meriti às obras de saneamento da Baixada Fluminense, mandadas executar pelo Presidente Nilo Peçanha, o que levou a cidade a ser tomada por inúmeros loteamentos, principalmente às margens das ferrovias, definindo assim as primeiras áreas de ocupação - do centro em direção a São Mateus e Édem, regiões que historicamente sempre definiram a vida social, econômica e política do município.

São João de Meriti jamais teve grande expressão política nas esferas estadual e federal, o que naturalmente colabora para o entrave no desenvolvimento sócio-econômico da cidade, haja visto não contar em pleno século XXI, se quer com um hospital público estadual ou federal, tendo sua população que usufruir os pequenos postos de saúde que por sua vez, não tem suporte para atender a demanda, tendo que fazer uso dos hospitais dos municípios circunvizinhos, que também vivem as dificuldades comuns em todas as dimensões da saúde oferecida em todo país. Politicamente, São João de Meriti, como toda Baixada Fluminense, sofre com o descaso dos constituintes do poder público.

No início da década de 1940, São João de Meriti fazia parte do território de Nova Iguaçu, como todos os outros Municípios da Baixada Fluminense. Porém, com o processo de crescimento acelerado e amplo, o Município de Nova Iguaçu, de acordo com as circunstâncias urbano-populacional foi reestruturado, proporcionando, assim, a criação de novos municípios.

Em 1931, foi formado o distrito de Duque de Caxias, com sede em Meriti, território desmembrado do distrito de São João de Meriti, município de Iguaçu. Em 31 de dezembro de

1943, foi o mesmo elevado à categoria de município, com o nome atual de Duque de Caxias. Finalmente com a edição da Lei nº 06, de 11 de agosto de 1947, São João de Meriti ganhou sua autonomia municipal com instalação datada em 22 de agosto do mesmo ano, quando tomou posse o Prefeito interino o Dr. Aníbal Viriato de Azevedo, um dos precursores do processo de emancipação.

No decorrer da história, até a adoção do nome atual, o Município foi conhecido também como “Freguesia de São João Batista de Traíraponga”; “Freguesia de Nossa Senhora da Conceição”; “Freguesia de Meriti”; “Distrito de São João de Meriti” e, finalmente Município de São João de Meriti.

Em relação à tradução do vocábulo Buriti, Miriti ou ainda Meriti não existe consenso. O buriti é uma palmeira bastante comum nas regiões alagadiças, que alcança de 30 a 35 metros de altura e apresenta o caule de suco adocicado. Outra corrente afirma que Meriti ou Miriti significa “água pequena” ou “rio pequeno” e que esta tradução deu origem ao nome da localidade onde hoje se constitui o Município devido à presença de um rio que é denominado de Rio Meriti.

2.2 Caracterizando A Sociedade Meritiense

Não é absurdo dizer que a história de São João de Meriti, é uma história de reivindicações, de um povo que não cansa de pelear pelos seus direitos, podemos até afirmar que foi a partir das últimas décadas do século XX, que movimentos organizados, começaram a escrever uma nova história de lutas, pelos direitos da infância: saúde, educação, lazer, etc.

História que vem ocorrendo a passos lentos, mais que vai demonstrando a força das pessoas que acreditam e querem um município melhor para viver. Essa história não pode se tratar apenas de sonhos, mas sim de atitudes concretas, capazes de vencer as imposturas que impedem o crescimento sócio-educativo das crianças meritienses.

Alguns velhos empecilhos são bem conhecidos da população como: lixo acumulado; rede de saneamento básico ineficiente; falta de postos de saúde, medicamentos, profissionais melhores remunerados e mais qualificados; a falta de creches e escolas públicas, a ausência de capacitação específica para professores; a situação insustentável em que se encontram as crianças do município, a exemplo de toda Baixada Fluminense, entre outros problemas.

Esses problemas mobilizaram uma parcela da população, com o intuito de cobrar dos órgãos responsáveis e chamar a ~~atenção das pessoas que~~ medidas urgentes precisam ser

tomadas, para que as barbaridades impostas e que impedem o desenvolvimento das crianças, não sejam mais toleradas.

E é sob essa ótica que vamos conhecer um pouco sobre a sociedade meritiense, e os projetos que estão sendo realizados relativos às crianças, para sabermos o que está sendo feito para combater os problemas que afetam diretamente suas vidas.

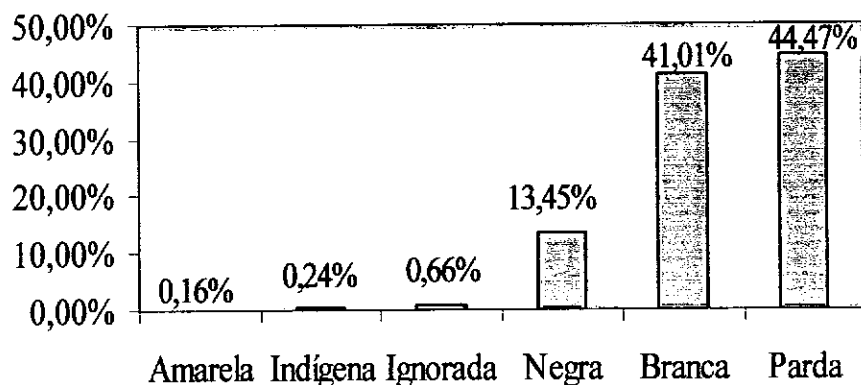
São João de Meriti é um município essencialmente urbano, com 148.920 domicílios, sua população corresponde a 3,13% da população do estado. Distribuída da seguinte forma:

Pessoas residentes por idade	Número de pessoas
0-4 anos	42.433 habitantes
5-9 anos	39.970 habitantes
10-19 anos	81.959 habitantes
20-29 anos	79.388 habitantes
30-39 anos	70.807 habitantes
40-49 anos	59.172 habitantes
50-59 anos	36.813 habitantes
60 ou mais	38.934 habitantes
Total	449.476 habitantes

Fonte: Censo IBGE/2000

Ao analisarmos a tabela acima, percebemos que a faixa etária predominante encontra-se entre 10 a 19 anos, representando um contingente expressivo da população desse município. Contingente que requer práticas eficazes, para melhor atendê-los.

Distribuição da População de São João de Meriti por cor/raça



Fonte: IPEA, 2000

O gráfico acima nos revela a dimensão da questão racial, não só no município, mas no país, uma grande luta tem sido travada para que as culturas, sejam realmente valorizadas e respeitadas acima de tudo, para que as pessoas, possam se identificar como parte integrante do processo, ou melhor que possam atuar diretamente nele, as mudanças estão ocorrendo a passos lentos, a bem da verdade, mas demonstram uma nova maneira de conceber a vida.

A Divisão da População por Gênero é a seguinte: Feminina 51,94% (238.451 habitantes), Masculina 48,06% (220,633 habitantes), o que representa um dado importante, pois, confirma a afirmação de que as mulheres estão em maior número do que os homens, o que dá um outro significado, na concepção de mundo, de sociedade.

O município tem como Principais Atividades Econômicas: metalurgias, produtos alimentícios, material de transporte, minerais não-metálicos, mobiliários, bebidas, vestuário, calçados, produtos químicos. Destaque no comércio de vestuário em Vilar dos Teles.

O município faz parte da região Metropolitana do Rio de Janeiro junto a outros 19 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Marica, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Seropédica e Tanguá.

O município faz limite com cinco municípios: Norte – Belford Roxo (pelo Rio Sarapu) e Mesquita; Sul- Rio de Janeiro (pelo Rio Pavuna/Meriti); Oeste – Nilópolis (pelas torres da Light paralelas a Via Light) e Leste – Duque de Caxias (pelas torres da Light paralelas a Via Light). A Baixada Fluminense localiza-se entre os Maciços Litorâneos e a Serra do Mar, é formada por uma grande superfície de planícies e colinas.

Considerar como definitivas as condições que regem o município, é aceitar passivamente a postura de mero espectador da vida, é esperar que outras pessoas tomem decisões, na contra mão desse caminho, uma grande riqueza sobrevive na cidade, o despertar de algumas pessoas que vem construindo um novo horizonte no cotidiano da sociedade. Novos rumos pautados em perspectivas que contemplem práticas mais justas.

2.3 Projetos de Assistência à Infância

Vamos conhecer algumas instituições que realizam trabalhos, no intuito de melhorar as condições precárias em que se encontram, as crianças de São João de Meriti. É preciso conhecer esses trabalhos para melhor entendermos como essas práticas influenciam diretamente nesse cenário.

A Casa da Cultura é um exemplo de grupos que investem nas crianças e jovens que representam uma grande demanda no município.

A Casa da Cultura foi criada na década de 90, a partir da união de artistas, intelectuais, lideranças comunitárias que pretendiam resgatar e preservar a cultura local. A Casa da Cultura é uma organização não governamental sem fins lucrativos, ela tornou-se um espaço não só de identificação e resistência, mas de indignação e de luta. Atualmente 45 pessoas trabalham na Casa da Cultura, entre colaboradores e funcionários, e cerca de 150 crianças e jovens participam de suas atividades.

Os recortes das atividades produzidas são em geral de conteúdo cultural e sócio-educativo, voltado para a ampliação e defesa dos direitos de cidadania da população meritiense. Nessa direção, desenvolve uma série de atividades que visam a promoção dos direitos humanos fundamentais das crianças, adolescentes, jovens, mulheres e famílias.

Em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente estendendo o trabalho ao núcleo familiar, assegurando desta forma maior integração social, além de capacitação e formação de cidadania, buscando ações que visem a autonomia social.

A Casa da Cultura está localizada, na Praça da Bandeira, bairro do município de São João de Meriti e funciona também como local de pesagem feito pelo Mutirão de Combate à Desnutrição Infantil, onde as crianças também recebem almoço.

Segundo Diestéfano Santana, um dos coordenadores do Mutirão em entrevista cedida ao jornal O Dia, “As crianças são pesadas e encaminhadas aos postos de saúde. Caso não recebam atendimento adequado, tentamos inscrevê-las em algum programa social”. (p.13) Não fica explícito na entrevista que tipo de programa social é esse.

O Mutirão de Combate à Desnutrição Infantil também é um projeto, realizado com o intuito de melhorar a situação da infância meritiense, podemos definir o plano municipal da seguinte forma, segundo seus próprios dados. É uma ação da sociedade civil dos municípios de São João de Meriti e Duque de Caxias, compostas por movimentos sociais, entidades religiosas, Ongs, centros de cultura, associação de moradores, entre outras, além de cidadãos, com o objetivo de lutar contra a desnutrição materno infantil e garantir o direito à alimentação e nutrição de gestantes e crianças, e o direito à infância de milhares de crianças na cidade.

Ao propor a erradicação da desnutrição materno-infantil e garantir os direitos das crianças, principalmente daquelas situadas na faixa etária de 0 a 5 anos, o Mutirão de Combate à Desnutrição Materno-Infantil visa atender aquelas crianças que estão mais expostas e indefesas às violências e as injustiças de nossa sociedade, e numa fase fundamental de formação física e mental. O sentido do Mutirão está no exercício de uma vigilância permanente sobre o cumprimento do direito à infância através de ações solidárias, de controle social e participação na formulação de políticas sociais.

O Mutirão surge em setembro de 2001, por iniciativa de Dom Mauro Morelli, bispo católico, que convocou a Igreja Católica e toda sociedade local a assumir a luta contra a desnutrição infantil na cidade. Os debates apontavam que a desnutrição materno-infantil estava diretamente associada ao fenômeno da exclusão social e em boa medida pela ausência da ação do poder público, constituindo-se uma grave violação do direito à alimentação e nutrição.

Projeção das crianças (0 a 4 anos) em risco nutricional e desnutrição em São João de Meriti, 2002

Crianças em risco nutricional	Crianças com desnutrição
Aproximadamente 7.218 crianças	Aproximadamente 2.595 crianças

Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão (IPPUR-UFRJ- FASE)

Crianças em Risco Nutricional e Desnutrição

Total de Crianças de 0 a 5 anos	Crianças em Risco Nutricional	Crianças com desnutrição	Crianças com desnutrição (média brasileira)	Crianças com desnutrição (média da região sudeste)
5.770 crianças	1.026 (17,8%)	372 (6,4%)	5,7%	4,7%

Fonte: Instituto de Puericultura e Pediatria (IPPMG/UFRJ) 2002

Os dados levantados pelo Mutirão, revelam um quadro gravíssimo, a média de Desnutrição de São João de Meriti, é bem maior do que a média verificada no Brasil e na região sudeste.

Dados do Censo de 1991 apontavam que cerca de 45% das crianças viviam em famílias com renda per capita abaixo de meio salário mínimo, ou seja, em famílias com baixa capacidade de responder às necessidades alimentares e nutricionais de suas crianças.

A grande maioria das famílias com crianças em situação de risco nutricional não tem acesso aos programas assistenciais de complementação de renda, tais como o programa de renda mínima municipal, o bolsa-escola federal, o benefício de prestação continuada (federal), ou no PETI – programa de erradicação do trabalho infantil.

Crianças em Risco Nutricional por Acesso a Programas Assistenciais

Acesso a programas assistenciais	Sim	Não
Crianças em Risco Nutricional	173	784

Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR-UFRJ-FASE), 2002

Crianças Desnutridas por Acesso a Programas Assistenciais

Acesso a programas assistenciais	Sim	Não
Crianças Desnutridas	68	278

Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR-UFRJ-FASE), 2002

Analisando somente os dados do Mutirão, temos subsídios o suficiente para perceber a triste realidade que vive as crianças de São João de Meriti, uma dura realidade que essas crianças conhecem muito bem. Pois vivenciam-nas no seu cotidiano.

Infelizmente o Plano Municipal de Combate à Desnutrição ainda não foi incorporado pelo poder público, como diretriz de suas ações. O que ratifica o descaso das autoridades em relação as crianças desse município.

A Pastoral da Criança em São João de Meriti, é um movimento que persiste na luta dos direitos das crianças. A Pastoral surgiu na década de 80, no interior da Igreja Católica, e tem atuado nas áreas de: saúde da gestante, aleitamento materno, vigilância nutricional, reidratação oral e vacinação. Atualmente a instituição trabalha com cerca de 203 mil voluntários, que atuam junto às famílias de 1 milhão 600 mil crianças e 70 mil gestantes, atuando em 27 estados. No município de São João de Meriti, 64 líderes atuam junto a 885 crianças, 632 famílias, em 15 comunidades.

A Pastoral do Menor, cujo lema “O menor não é problema, é solução”, permanece com sua terminologia inalterada, tendo vista que: entre outros motivos, a Pastoral já construiu uma identidade ao longo de sua história. A Pastoral faz a leitura da história do Brasil percebendo que as crianças e os adolescentes empobrecidos sempre estiveram aí presentes.

A Pastoral tem como missão promover e defender a vida das crianças e adolescentes empobrecidos e em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais. Em São João de Meriti a Pastoral funciona da seguinte maneira: Atende a faixa etária de 6 a 14 anos, conta com o apoio de voluntários, educadores e recreadores, atende diretamente 70 crianças e 70 famílias.

Segundo Claudia Cardozo coordenadora pedagógica da instituição, “a Pastoral funciona como Complementação do Horário Escolar, ou seja, as crianças precisam estar, regularmente matriculadas, em algum estabelecimento de ensino, para fazer parte da pastoral. A Pastoral busca também resgatar crianças e adolescentes em situação de risco no bairro, com o intuito

de promovê-los na sua totalidade, e torná-los protagonistas do grande processo global do qual fazem parte.”

Para que tais meios ocorram a Pastoral realiza diversas ações como: atividades culturais e recreativas, que visem valores como autonomia, responsabilidade, solidariedade, respeito e socialização, através de atitudes como ser capaz de agir, pensar e expressar os significados construídos; sentir que sua participação é importante no grupo; estar atento e sensível ao outro; aceitar as diferenças; conviver e partilhar regras de convivência.

A realidade das políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes em São João de Meriti não se distancia muito do cenário nacional, uma vez que essas ações são desenvolvidas de forma desarticulada, e os programas direcionados a este público não atingem verdadeiramente o foco, tornando-se medidas emergenciais e que apresentam muitas limitações.

Continuemos percorrendo um pouco mais as ações que permeiam e que direcionam a história de São João de Meriti.

Atualmente o município dispõe das seguintes ações:

- Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano Trabalho e Ação Social, atende a 100 jovens de 15 a 18 anos e tem como objetivo promover a auto-confiança e o protagonismo juvenil;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), atende 100 crianças e adolescentes de 7 a 15 anos e tem como objetivo retirar crianças e adolescentes de atividades consideradas insalubres e degradantes, possibilitando a ampliação do universo cultural e a melhoria do desempenho escolar;
- Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF): atende a 400 famílias vulnerabilizadas pela pobreza e exclusão social;
- Programa Renda Mínima para a Educação, atende a famílias de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos e que tem como objetivo garantir a permanência na escola;
- Programa Sentinela, atende a 80 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos abusados e/ou explorados sexualmente e vítimas de violência doméstica;
- Programa Saúde do Adolescente, atende crianças e adolescentes de 10 a 19 anos e tem como objetivo garantir acesso à saúde com ações de caráter multiprofissional.

São João de Meriti dispõe de algumas ações e projetos com intuito de melhorar as condições dessas crianças e adolescentes, porém essas intervenções conseguem atingir somente uma parte da população, tornando-se, portanto, projetos parciais, imediatistas, emergenciais.

Segundo dados do IBGE 2000, o contingente de crianças, adolescentes e jovens, na faixa etária de 0 a 19 anos na sociedade brasileira representavam 40% da população correspondendo a 68 milhões de pessoas. Em São João de Meriti essa população correspondia a 36% com 121 mil pessoas.

Os dados são importantes fontes de pesquisas, pois não revelam apenas números, ajudam a implantar políticas, direcionam estudos, conduzem o olhar a descobertas. Enfim, nos permite analisar os caminhos da história.

A exemplo disso estão as milhares de crianças e adolescentes não só do Brasil, mas também de São João de Meriti, que representam contingente bastante expressivo da população, população que não se faz ouvir apenas pelos números que revelam, mas pelas condições que as cercam.

Para atender a esse público é necessário que práticas especiais sejam, realmente instituídas para cuidar dessas pessoas que anseiam por mudanças. Mas infelizmente essas práticas têm esbarrado em diversos empecilhos que impossibilitam o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Em busca de novas perspectivas, alguns órgãos como o conselho municipal e o conselho tutelar, foram instituídos a fim de zelar e garantir os direitos conquistados. Esses órgãos tramitam em alguns âmbitos como o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela lei 657/91, denominado pela Lei Municipal de COMDCA, nasceu a partir da Federação da Associação de Moradores do município. Depois vieram a lei 780/93, que instituiu o Fundo Municipal da Infância e Adolescência, e a lei Municipal 914/96, que alterou e substituiu a lei anterior, definindo as normas para o Conselho Tutelar.

O objetivo dos conselhos de direitos da criança e do adolescente é de orientar políticas públicas voltadas para a população infanto-juvenil, acompanhar a atuação de órgãos públicos e participar da elaboração do orçamento do governo federal, para garantir recursos às entidades do setor.

O conselho tutelar é um órgão permanente e autônomo, de natureza administrativa e não judiciária, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, definidos pelo Estatuto da Criança e do adolescente. Atua somente no âmbito municipal. Recebe denúncias de violação de direitos (como violência física, sexual e

psicológica, negligência, abandono) e apura e encaminha aos órgãos competentes para prestação do devido atendimento. Suas atribuições estão descritas no art.136 do Estatuto e incluem: atender meninos que têm seus direitos violados pelo Estado, sociedade ou família.

A associação Brasileira Multiprofissional de proteção à Infância e Adolescência (Abrapia), define os diferentes tipos de violência:

violência física - Uso da força ou atos de omissão praticados pelos pais ou responsáveis, com o objetivo claro ou não de ferir, deixando ou não marcas evidentes;

violência sexual - Abuso de poder no qual a criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto, sendo induzida ou forçada a práticas sexuais com ou sem violência física;

violência psicológica - Rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito e punições exageradas são formas comuns desse tipo de agressão, que não deixa marcas visíveis, mas marca por toda a vida;

negligência - Ato de omissão do responsável pela criança ou adolescente em prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento.

Segundo dados do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e do adolescente (Conanda), órgão ligado a Secretaria Especial de Direitos Humanos, responsável pela formulação de políticas públicas e pela decisão sobre a aplicação de recursos destinados ao cumprimento do Estatuto da criança e do adolescente. Cerca de 77% dos municípios possuem conselhos de direitos e 68% têm conselhos tutelares instalados.

O primeiro conselho tutelar de São João de Meriti, foi instituído em 1998. A eleição para o segundo mandato aconteceu em 2001, tendo 4 dos seus 5 membros anteriores reeleitos.

O conselho tutelar do município sofre com uma série de questões que interferem diretamente no desenvolvimento de suas atividades, como por exemplo, baixos salários, infraestrutura inadequada o que compromete o atendimento ao público e aos funcionários, ausência de uma política pública e monitoramento das ações dos conselheiros, enfim, ausência de condições dignas de trabalho.

Esses fatos dão base a uma série de discussões, como podemos acreditar que o órgão responsável por garantir que os direitos de crianças e adolescentes sejam respeitados, se o próprio conselho não consegue garantir condições adequadas de trabalho, para seus funcionários?

São muitos os desafios, a falta de compromisso com as ações pertinentes a proteção e garantia de direitos evidenciam a relação que o poder público estabelece, e a concepção de crianças e adolescentes que estão sendo formados neste município.

A noção de direitos e cidadania, são importantes questões relacionados a vida das pessoas, eles direcionam nossa maneira de transitar na sociedade, é através deles que orientamos nossas vidas, conduzimos nossas relações. Essa noção está intimamente relacionada com a idéia de educação e com a escola, a tríade direito-educação-sociedade, pode ser considerada o eixo norteador dos rumos da infância.

Para entendermos como a noção de direitos reflete na sociedade, utilizaremos como fio condutor desse processo as escolas, mais especificamente as escolas de São João de Meriti porque delas emergem consideráveis contribuições para nossa reflexão. É imprescindível colocar em questão o papel que essas instituições tem desempenhado na construção da formação dos indivíduos.

2.4 Perfil Das Escolas Públicas De São João De Meriti

Cada vez mais a educação assume um importante papel no cenário social, o século XX, foi emblemático em se tratando de educação, pois, foi palco de um caldo ideológico que deu origem a educação que temos hoje que desde então vem ditando o ritmo em referências para a concepção de homem e de sociedade.

A educação representa uma estratégia e até mesmo um diferencial para diminuir as desigualdades sociais. Não temos dúvida de que, a globalização, o aumento crescente da competitividade, e o consumismo, ditam as regras do nosso sistema, conseqüentemente podemos observar essas práticas incorporadas na escola, que não é neutra, ela atende a determinados interesses que podem favorecer a uns e a outros não. A escola é o reflexo dessa sociedade e dos valores que nela transitam.

Quando nos referimos a educação pensamos conseqüentemente na escola, no nosso século a escola tem representado papel crucial, estando a seu encargo todas as responsabilidades em relação as crianças e adolescentes. Transferimos para os outros a árdua tarefa de gerir condições para a formação das crianças, na escola essa tarefa fica a encargo dos professores.

A educação é um direito garantido por lei, através do Estatuto da Criança e do adolescente, “art. 53 – A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.” (1990, p.116)

“Art. 54 – É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria.” (1990, p.117)

Segundo a Lei Orgânica do Município de São João de Meriti

art.117- A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visa o pleno desenvolvimento da pessoa e a formação do cidadão; o aprimoramento da democracia e dos direitos humanos; a eliminação de todas as formas de racismo e de discriminação; o respeito dos valores e do trabalho à afirmação do pluralismo cultural; a convivência solidária a serviço de uma sociedade justa, fraterna, livre e soberana. (PMDLIS, 2003, p.48)

Foi a partir da década de 30 que a escola elementar se tornou direito de todos, mostrando os avanços e retrocessos no cenário político de nossa sociedade, portanto o ensino gratuito, laico, é muito recente na nossa história.

Novos tempos ditam as regras na maneira de conceber as crianças, estamos vivendo tempos de aceleradas mudanças, estando a educação a reboque dessas transformações que influenciam diretamente na vida de todos. A educação deve transcender os muros da escola, deve ir além de simples imposições, deve levar o indivíduo ao desenvolvimento integral de suas potencialidades.

Segundo Guiraldelli (1994) “Toda a educação varia sempre em função de uma ‘concepção de vida’, refletindo, em cada época, a philosophia predominantemente que é determinada, a seu turno, pela estrutura da sociedade.” (p.58)

A pluralidade que molda nossa sociedade e rege nossa época, diz respeito a concepção de mundo que estabelecemos, a constituição de uma educação assentada nessa perspectiva e em ações que visam o respeito, e o coloca em prática é acima de tudo uma educação que coloca em cena a criança, estando aí embutido a idéia de direitos: direito de opinar, direito de sonhar, direito de participar, enfim, direito de ter direitos.

São João de Meriti é um município histórico e socialmente contextualizado, portanto está atrelado a este sistema. O perfil de suas escolas, e a relação que com elas estabelecem demonstram a concepção de educação que sua população tem acesso e o homem que pretende formar.

Conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, São João de Meriti conta com 61 escolas municipais que atende desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental.

Segundo dados do IBGE 2000 o município de São João de Meriti, apresenta o seguinte panorama em relação ao ensino pré-escolar e fundamental:

Ensino Pré-Escolar

Tipo de Estabelecimento	Número de matrículas	Número de docentes	Número de estabelecimentos
Escola pública federal	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Escola pública estadual	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Escola pública municipal	1.446	70	14
Escola particular	3.680	205	75
Total	5.126	275	89

Fonte: Secretaria do Estado de Educação, SEE Censo Educacional

Ensino Fundamental

Tipo de Estabelecimento	Número de matrículas	Número de docentes	Número de estabelecimentos
Escola pública federal	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Escola pública estadual	29.030	1.239	46
Escola pública municipal	27.967	902	39
Escola particular	18.198	1.146	110
Total	75.195	3.289	195

Fonte: Secretaria do Estado de Educação, SEE Censo Educacional

Matricula inicial por série e sexo do município de São João de Meriti

Série	Masculino	Feminino
1ª série	5.704	5810
2ª série	5.344	4680
3ª série	4321	4340
4ª série	4662	4302
Total	37.872	37.323

Fonte: Secretaria do Estado de Educação, SEE Censo Educacional

São João de Meriti, sofre com a falta de parcerias entre a Secretaria de Educação e Secretaria Municipal de Saúde, o que melhoraria as condições de vida das crianças, repercutiria no desenvolvimento físico, uma criança saudável é mais disposta, mais ativa, conseqüentemente aprende melhor. Assim, como também falta parcerias entre outras secretarias.

Faltam escolas e creches, pois, as poucas que existem não atendem a demanda, falta garantia de transporte escolar e uniforme, falta também obras de manutenção e adequação para atender aos deficientes físicos, assim como profissionais preparados.

Enfim, falta compromisso com a educação pública independentemente de questões políticas partidárias.

CAPÍTULO 3

TECENDO HISTÓRIAS

As relações que se estabelecem na escola podem ser consideradas uma colcha de retalhos, onde cada pessoa envolvida nesse processo tece um pedacinho da história, pessoas que de forma própria deixam marcas e são marcadas nessa grande teia social. A noção de retalhos não nos aparece como remendos mas sim com meio de construir outras histórias. A infância é um dos principais fios que impulsionam essas inúmeras narrativas.

Vejamos como a infância é vivenciada em duas escolas, que aqui chamaremos de X e Y, para entendermos como a noção de direitos são constituídos no interior das mesmas.

3.1 ESCOLA X

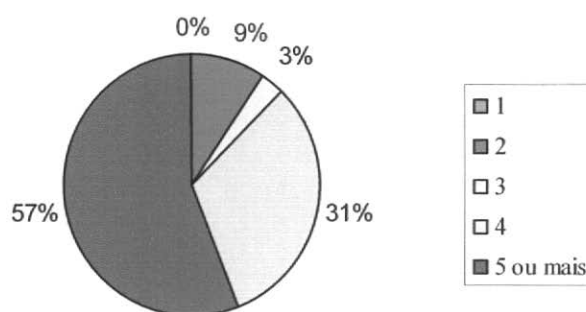
A escola atende ao nível fundamental I e II segmentos da 1ª à 8ª séries, nos horários diurno, vespertino e noturno. Tem 1.319 alunos, divididos nos seguintes ciclos: ciclo 1 – 427 alunos, ciclo 2 – 215, ciclo 3 – 209 e ciclo 4 – 127.

Possui os referidos equipamentos: microcomputador, impressora, videocassete, aparelho de televisão, retroprojeter e aparelho de som. E as seguintes dependências: biblioteca, sala de professores, quadra de esportes e sala de multimídia.

Vários questionamentos emergiram das observações realizadas na 3ª série. Para nossa análise iremos focar a questão dos direitos através dos seguintes dados que se seguem, que dão voz as crianças e revelam o que pensam.

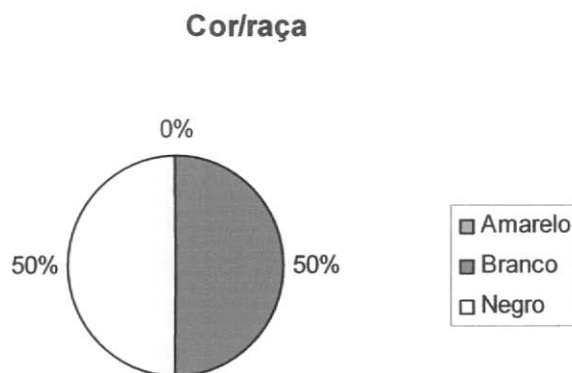
Sexo	Número de alunos	Frequência %
Masculino	17	53
Feminino	15	47
Total	32	100

Número de pessoas que moram na casa



A maioria das crianças moram com cinco pessoas ou mais, entre elas avós, tios, primos e irmãos, muitas delas vivendo em condições precárias, por falta de um local adequado, com condições básicas para viverem decentemente, o que interfere diretamente no desenvolvimento físico, mental e social.

Apesar de todas as crianças morarem com os pais, muitas delas ficam a maior parte do tempo sozinhas, porque os pais saem para trabalhar, não tendo quem tome conta.



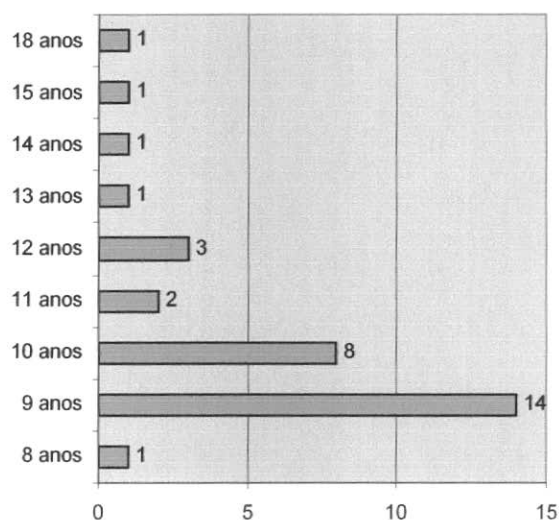
Não há uma discrepância muito grande em relação à cor, há sim uma discrepância na forma de estabelecer as relações, relações que impregnam o interior da escola e vêm carregadas de estigmas e estereótipos. As crianças estão imersas em um mundo excludente, discriminatório e a forma com que interagem nele evidencia o que elas acreditam ser verdadeiro. Por isso a escola tem a importante tarefa de propiciar experiências mais justas e igualitárias, que exerçam influências positivas no ser humano, na sua identidade, na sua auto-estima.

Infelizmente, essas práticas não foram observadas nessa escola, ao contrário, a cada olhar, a cada gesto, de atitudes preconceituosas o que se fez presente foi o silêncio, o silêncio de quem não sabe como agir, ou a atitude desesperada de quem nega, porque simplesmente não quer tocar no assunto, como afirma King¹ apud Nova Escola “Temos de nos arrepender nessa geração não tanto pelas más ações das pessoas más, mas pelo silêncio assustador das pessoas boas” (p.48)

Saber aceitar e respeitar as diferenças pode ser considerado virtude segundo a qual não podemos nos calar jamais. A diversidade racial está diretamente relacionada com as concepções de mundo, de homem, de valores, presentes explicita ou implicitamente na sociedade. É de profunda relevância ressaltar que o papel que a escola exerce, contribui para desmistificar alguns conceitos que há muito vem sendo historicamente concebidos e que muitas vezes acabam por ratificar os interesses de uma classe dominante.

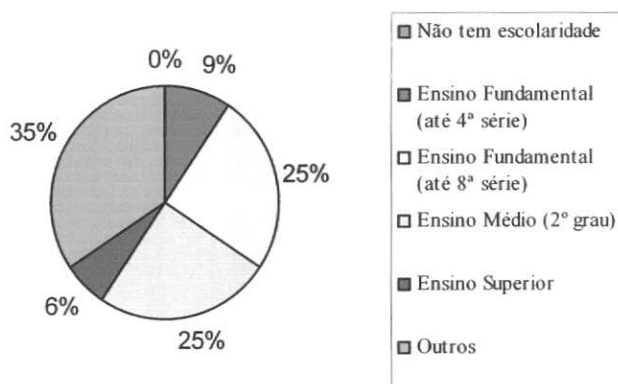
¹ King, Martin Luther. In: Revista Nova Escola. Editora Abril. Edição 177, novembro, 2004.

Idade dos alunos

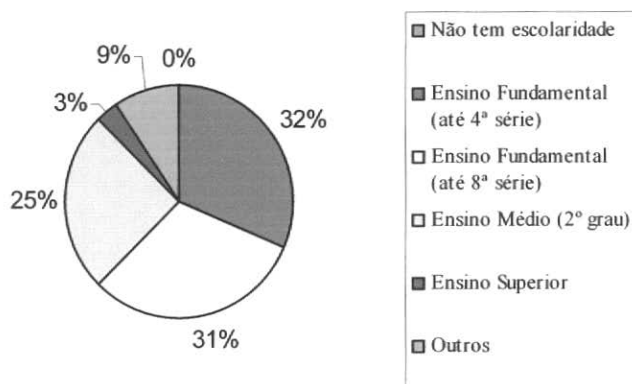


A taxa de distorção idade-série da escola representa cerca de 14,6% da 1ª à 4ª séries. Na turma observada podemos perceber que a moda é 9 anos representando 45% do total. No entanto, há uma discrepância que não pode passar despercebida: não se trata apenas da idade, mas também dos fatores que levam essas crianças a determinadas condições que ditam as regras de suas vidas e a maneira que estabelecem as relações com o outro e com o mundo. Estar cursando a 3ª série do Ensino Fundamental, com 18 anos, revela os desafios que enfrentam crianças, adolescentes e professores, enfim, todos envolvidos nesse processo.

Nível de Escolaridade do Pai



Nível de Escolaridade da Mãe



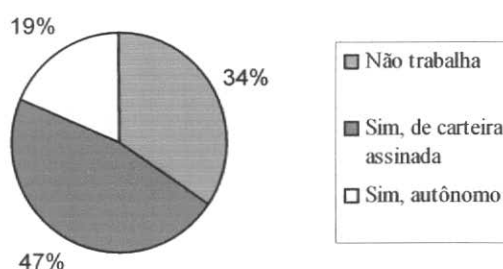
Os níveis de escolaridade dos pais revelam dados que nos chamam a atenção, como por exemplo, a escolaridade média do pai situa-se entre a 8ª série e o Ensino Médio, representando os dois juntos, cerca de 50%, o que equivale mais ou menos a 9,5 anos de estudo, enquanto o nível de escolaridade da mãe está em torno de 11 anos de estudo, representando cerca de 31%.

No gráfico que se refere ao nível de escolaridade do pai a opção “outros” corresponde a 35%, enquanto no outro gráfico somente a 9%. Esse dado é de profunda relevância, pois,

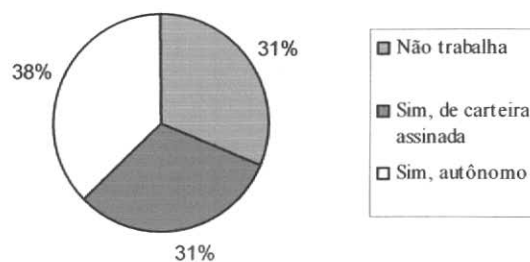
representa a opção que, engloba as seguintes categorias: os falecidos, os que não moram com as crianças.

O nível de escolaridade é um importante diferencial, tanto para o mercado de trabalho, quanto para a forma de interagir com o mundo. O nível de escolaridade dos pais influenciam diretamente na formação dos filhos.

Trabalho Pai



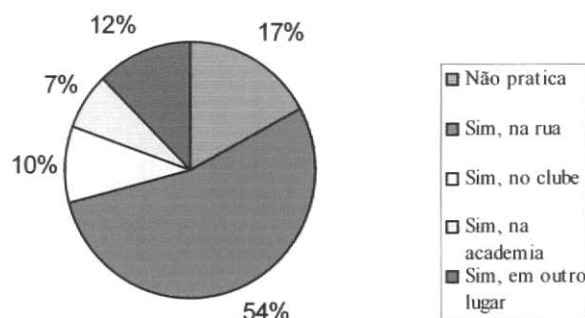
Trabalho Mãe



Ao compararmos os dois gráficos podemos perceber que a inserção dos pais no mercado de trabalho se dá de maneira diferente, o que evidencia a questão de como a sociedade encara o homem e a mulher e as tarefas que são atribuídas a ambos. Mesmo as mulheres tendo um nível de escolaridade maior do que a do homem como podemos perceber no gráfico acima,

cerca de 38% delas realizam trabalho autônomo, enquanto 47% dos homens trabalham de carteira assinada.

Prática Esportes



Essa questão é de extrema relevância pois nos permite analisar o acesso das crianças ao esporte e lazer, direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente art. 59 – “Os municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.” (1990, p.118)

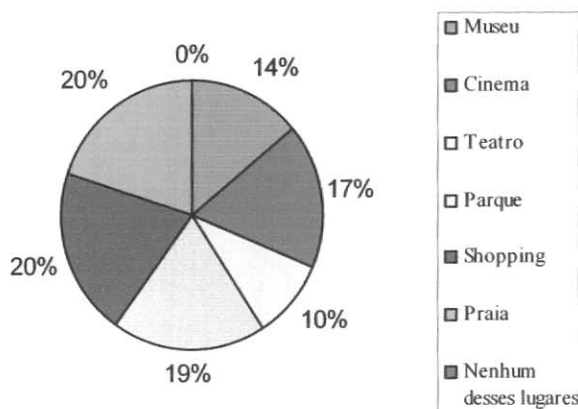
São João de Meriti, infelizmente, não conta com lugares públicos destinados ao esporte e lazer, o que obriga a maioria das crianças a praticar qualquer atividade na rua, o que está evidente no gráfico acima, o que também configura uma nova maneira de interagir com o mundo, a rua está se tornando para essas crianças, um novo espaço de interação, de socialização, espaço de conhecimentos, através dele elas vão estabelecer outras relações.

É preciso que decisões urgentes por conta dos poderes públicos sejam tomadas. É necessário que invistam em locais adequados e devidamente preparados, para atender essas crianças. Certamente que essas práticas influenciam diretamente em seu desenvolvimento físico, mental e social. O descaso das autoridades só faz aumentar cada vez mais o número de locais privados, o que exclui uma parcela considerável que não tem condições financeiras de participarem de forma digna na sociedade.

A escola só faz aumentar essa exclusão no momento em que deixa de propiciar esses instrumentos que fazem a diferença. O esporte para muitas dessas crianças representa um modo diferente de ver a vida, representa a saída dos problemas. As crianças que praticam

esportes na turma são pessoas mais concentradas e mais dispostas o que acarreta mudanças no comportamento delas e na maneira de lidar com os outros.

Lugares Visitados



Não há como falarmos do processo educacional, sem falarmos do direito cultural presentes na sociedade. Para o sentido de cultura utilizaremos o que Kramer afirma

A cultura precisa ser compreendida em duas dimensões: uma relativa às tradições culturais, costumes e valores dos diferentes grupos, suas trajetórias, experiências, seus saber, tudo o que é produzido pelo homem: outra relativa ao acervo de conhecimentos culturais disponíveis na história de uma dada sociedade, povo, país. (KRAMER 2000, p.43)

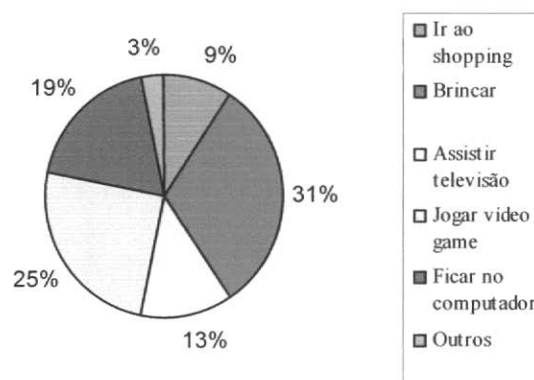
O direito à cultura deve ser integrado às práticas sociais e deve ser incorporado desde cedo nas relações que estabelecemos e para tal, a escola pode desempenhar um papel importante na formação dos indivíduos, dos hábitos, dos valores, o que reforça a idéia de que a cultura é um bem cultural, que não deve se negado a ninguém.

O gráfico acima nos revela que os locais que as crianças mais têm acesso é a praia e o shopping, o que reflete claramente a mentalidade da sociedade contemporânea, pautadas em uma cultura do consumo. Cultura que muda totalmente a forma de interagirmos com o mundo. As pessoas estão em uma eterna busca de “novidades” de consumo, que satisfaçam o ego, novos significados culturais, portanto novos bens simbólicos. Nossa realidade e conseqüentemente a destas crianças estão sendo construídas a partir desses valores.

A escola tem o dever de ser um espaço de criação, de recriação, de socialização, de ser espaço de produção cultural, pautada em práticas que estimulem e valorize as diversas culturas, que trabalhe com o multiculturalismo, defendendo o direito de cada criança se identificar com sua cultura, sua história.

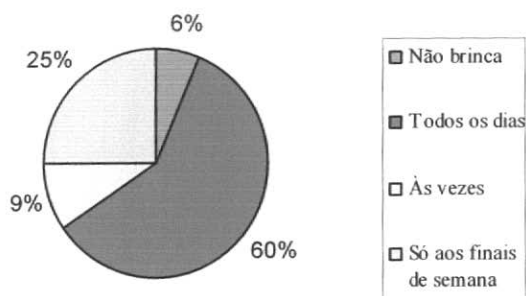
Podemos associar o gráfico acima com a seguinte pergunta do questionário: **Quais são os lugares que costuma passear?** Pois, estabelecem uma estreita relação, os lugares que costumam passear são: *praça, shopping, casa de parentes, praia, sitio, parque, rua, sesc, cinema e mercado*, os lugares que mais aparecem revelam, os meios de cultura ao qual as crianças têm acesso e as diferentes formas de transitar na sociedade.

O que gostam de fazer nas horas vagas



O vídeo game é o símbolo das mudanças tecnológicas que ditam as regras da sociedade e que dão forma ao novo sentido de ser criança em nossa época, reflexo do mundo que vivemos. Onde fica a escola nesse universo? A escola está a reboque dessas novas tecnologias que condicionam nossas vidas e que de um certo tempo tornaram-se imprescindíveis no dia a dia. A escola funciona como instrumento ideológico que muitas vezes reproduzem os ideais do sistema vigente e solidifica os valores que circulam na sociedade.

Frequência que costumam brincar



Com as mudanças aceleradas que temos assistido nos últimos anos, com a vida conturbada que estamos vivendo, acreditamos não ter tempo para nada. Em face a essa situação, os pais colocam os filhos em diversas atividades para ocupar-lhes o tempo (como curso de inglês, de informática, futebol, balé, etc). Esse é um dos fatores pelo qual alguns historiadores afirmam o fim da infância, como época de inocência. A sociedade assiste atônita o desaparecimento da infância como época própria.

A infância, infelizmente, está desaparecendo como fase natural da vida humana. Já não vemos crianças entretidas em brincadeiras que faziam parte da paisagem urbana das nossas cidades. Desenhos animados, marca de um passado não tão distante, foram sendo substituídos pelo requebro das popozudas, guindadas à condição de ídolos e tiazinhas das crianças e adolescentes. (DI FRANCO, 2002)

Os dados apresentados no gráfico andam na contramão dessa vertente. A infância ainda constitui-se como tempo de brincadeiras, de faz de conta, de diversão. É claro que com as mudanças tecnológicas, marco dessa sociedade contemporânea, as crianças estão reinventando novas formas de brincar, adaptando outras, enfim, dando um outro jeito de interagir.

A esse respeito podemos comparar os dados desse gráfico à seguinte pergunta: **Quais são as brincadeiras que mais gostam?** As respostas foram: *Pula corda, Jogar bola, Pique esconde, Casinha de boneca, Cinco corte, Queimado, Soltar pipa, Pique bandeira, Pique gelo, Alerta cor, Chicotinho, Vôlei, Andar de bicicleta, Pique ajuda, Pique fruta, Jogar vídeo game, Computador.*

Um fato importante que deve ser considerado na análise das respostas, é que jogar vídeo game é uma brincadeira considerada tanto de menina quanto de menino. O fato de brincar evidencia as características de uma época, de uma sociedade. O brincar está associado a idéia de costumes, de tradições, etc. Brincando as crianças estão desenvolvendo diversas habilidades e se socializando. Brincar também representa o direito de ser criança, de ter infância.

A noção do brincar nos remete a uma outra questão: a forma como o fazem revelam as crianças e adolescentes que nossa sociedade está formando. Quando perguntados, **quais são os brinquedos que mais gostam?** As repostas obtidas foram:

Vídeo game, Boneca, Urso, Lep top de brinquedo, Carro de controle remoto, Bicicleta Corda, Boneco, Panelinha, Bola, Carrinho, Iô iô, Rede de futebol, Computador, Bola de gude, Binóculos.

A noção de vivermos em uma cultura do consumo, é mediada a todo momento pela mídia que propaga ideais e semeia sonhos de consumo. Os brinquedos são fabricados a partir dessa ideologia, cada vez mais sofisticados e descartáveis. O propósito é que tenham pouca durabilidade, para que logo outro seja recolocado em seu lugar.

Duas respostas relativas aos brinquedos nos levam a questionar a ordem dita como cristalizada : a de uma menina *“Todos os brinquedos de meninas.* Na frase dessa menina podemos perceber explicitamente o pensamento machista que vigora em nossa sociedade: de que menina não tem direito de brincar ou realizar determinadas tarefas porque são coisas de meninos. Essa menina só está reproduzindo um discurso pronto, que não passa de estereótipos que limitam as pessoas e determinam as condições e os valores que vão carregar pro resto da vida. Não é por acaso que as mulheres há muito vem reivindicando seus direitos, direitos de um salário decente, de melhores condições de trabalho, lutando para serem reconhecidas como profissionais, cidadãs.

A outra resposta foi a de um menino que disse: *“Eu não gosto de brincar porque é chato”.* O brincar não é algo que essa criança considera tão importante. Talvez, brincar para ele, seja coisa de criança e esteja em uma dimensão que não faz mais parte de sua vida como algo primordial.

Infelizmente, temos assistido ao crescimento precoce de algumas crianças, que são obrigadas a realizar tarefas às quais não condizem com a sua idade e impedem seu desenvolvimento. E é sobre esse aspecto que iremos analisar uma pouco mais sobre o universo infantil.

É importante ressaltar que três crianças trabalham exercendo as seguintes funções: uma menina (M. 18 anos) leva e pega duas crianças na escola, um menino (S. 15 anos) às vezes falta aula pra realizar serviços como auxiliar de pedreiro, e (J. 13 anos) vende balas nas dependências do metrô. Segundo Bazílio

Dizer que a criança é cidadã de direitos é entender que tem direito à brincadeira, a não tomar conta de outras crianças, a não trabalhar, a não exercer funções que, em outras classes sociais, são exercidas por adultos e, em grande parte das situações, são remuneradas. Que têm direito à educação. Aqui se coloca como essencial o papel do Estado. (BAZÍLIO, 2003, p.121/122)

Quantas vezes já não ouvimos falar que lugar de criança é na escola, que criança tem que brincar, se alimentar para crescer forte e saudável, etc. Discursos que não saem do papel, políticas que não se efetivam de fato, que não garantem os direitos básicos de qualquer criança. Uma infância cidadã é uma infância que tem seus direitos respeitados.

Como pensar em criança, em tempos em que o trabalho infantil, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), representa no mundo cerca de 250 milhões de crianças entre 5 e 14 anos. O Brasil tem 2,7 milhões de crianças e adolescentes que não estudam porque são submetidos ao trabalho em condições indignas, privados dos direitos elementares de cidadania. Podemos elencar nessa categoria, o trabalho doméstico, muitas vezes, desconsiderado como tal, por se tratar de pequenas tarefas realizadas pelas crianças.

3.3 ESCOLA Y

A escola atende o nível fundamental I segmento, da 1ª à 4ª séries, nos horários diurno e vespertino. Tem 453 alunos, 27 funcionários incluindo professores, coordenadores, apoio e etc. Possui os referidos equipamentos: videocassete, aparelho de televisão, antena parabólica e aparelho de som. A sala de professores junto com as salas de aulas são as únicas dependências da escola. A turma observada foi da 1ª série, tem 30 alunos, com idades entre 7 e 9 anos.

Para analisarmos como a infância é vivenciada nessa escola, trazemos para o centro da discussão as crianças.

Ao ser perguntada se gosta de ser criança, respondeu o seguinte: *“Gosto de ser criança, porque a gente brinca de muita coisa: pique pega, queimado, pique cola, pique parede, jogar bola... Nesse momento, a criança pára e dá uma risada porque todos dizem a ela que jogar bola é coisa de menino. ... o brinquedo que mais gosto é boneca, tenho outros brinquedos a*

barbie e uma caixa cheia de bonecas. Nunca foi ao museu e ao cinema só ao shopping". O lugar que costuma passear é na casa da tia. (A. 7 anos)

Uma outra criança deu a seguinte resposta: "*Gosto de ser criança porque dá pra brincar mais e não sou mais grande pra ficar cuidando de filhos, as brincadeiras que mais gosto são pique esconde, pique gelo, queimado e andar de bicicleta, o brinquedo de que mais gosto é o boneco do power randell, monta monta e carrinho*" Nas horas vagas, gosta de dormir, ver televisão e pintar, os lugares que gosta de passear são praia, shopping e mercado. (D. 8 anos)

Fatores em comum surgiram na fala das crianças: o fato de gostarem de ser criança porque podem brincar mais evidencia que somente na infância é que a brincadeira se faz presente. O fato de ser adulto os tornam parte de um outro grupo com outras tarefas onde o brincar não aparece nessas relações. Isso fica explícito quando a criança fala que 'não é mais grande pra ficar cuidando de filhos', isso é uma tarefa para adultos. Talvez, filhos para essa criança represente muito trabalho, uma tarefa que implique muita responsabilidade.

Assim também algumas brincadeiras parecem ser comuns as duas crianças, exceto uma: jogar futebol, brincadeira considerada de menino, o que faz com que essa menina carregue o estereótipo de "moleque". Essa criança subverte a ordem cristalizada e desafia não só as crianças mas também os adultos que carregam valores arraigados na sociedade.

A fala das crianças nos possibilita analisar como a infância é vivenciada no interior de uma mesma sociedade e como a mesma pode ser objeto de variação. As brincadeiras são as mesmas, o local que estudam e residem são os mesmos, mas a forma como transitam na sociedade muda completamente. Isso tem a ver com a noção de mundo, a concepção de vida, que cada uma delas têm, e conseqüentemente, as experiências que trazem na bagagem vão modificando e construindo o percurso de suas vidas. Interagindo com o outro, as crianças têm o privilégio de constituir-se enquanto cidadãos, formando assim sujeitos mais autônomos, críticos e ativos, do processo social ao qual fazem parte.

CONCLUSÃO

Nossa viagem tomou como ponto de partida a sociedade medieval, onde passo a passo, percorrendo a história, fomos descobrindo um pouco mais sobre a infância e os caminhos que conduzem a vida das crianças, caminhos que, muitas vezes, são alterados, pela trajetória da vida, ou simplesmente pela própria crueldade a que são impostas.

As crianças são espelhos da construção social e histórica que são instituídas ao longo dos tempos, reflexos das relações que impregnam cada pessoa e se dissipam pela sociedade. Num mundo marcado pelas desigualdades e desencontros, como afirma Sarmento (2001) “Não é nada fácil não ser criança numa sociedade com tanta desigualdade e pensada pelos adultos e para os adultos. A concepção ‘adultocêntrica’ de mundo tem, de certa forma, colocado a infância num lugar sem importância na sociedade” (p.49)

Não é tarefa fácil ser criança no mundo de hoje, mesmo porque, ela já nasce imersa em uma determinada cultura. Já é um ser social que carrega valores, hábitos e costumes que estão arraigados na sociedade e condicionam a vida de todos. Ser criança no nosso século é enveredar-se nas multiplicidades de faces que constitui o indivíduo, é carregar explícita ou implicitamente o fardo que lhes é imposto, de que o futuro está em suas mãos. Depositamos nas crianças árduas responsabilidades, as quais não estão preparadas para assumir. Esperamos ansiosamente que sejam *alguém na vida*, como se não o fossem agora. Precisamos nos conscientizar de que é no presente, na infância, que se começa a construir a personalidade, o caráter, a moral, que vai moldar o indivíduo para a vida adulta. Por isso é necessário que se comece, agora, a se fazer o possível de amanhã.

Avançamos consideravelmente no que se refere à infância, principalmente na questão dos direitos. Mesmo assim, a situação da infância ainda ocorre a passos lentos, pois, muito ainda se tem a fazer. Não podemos mais tolerar que a criança seja encarada como um aspecto inacabado. A concepção de criança como um vir a ser não pode mais encontrar espaço em nossa sociedade.

Não podemos insistir em uma história de retrocessos. Precisamos garantir as conquistas alcançadas, para que a concepção de criança como sujeito de direitos, cidadã, se efetive de fato. Para tal, a escola assume um papel importantíssimo, funcionando como fio condutor que impulsiona uma educação voltada para a cidadania. Através dessa educação, as crianças aprendem não só a noção de direitos e deveres, mas também aprendem a ser cidadãos. Ser cidadão não significa apenas gozar de direitos, mas sim, vivenciá-los efetivamente. Significa também, participar das questões políticas e das práticas sociais e o fato de ser criança pautada

Precisamos aprender com elas, a re-significar nossas palavras, nossas ações, nossa percepção do mundo. Para tal é necessário que saibamos respeitá-las, ouvi-las. Precisamos resgatar a dialogicidade, abrindo mão de todos os tipos de preconceitos e estereótipos, lançando um olhar crítico, que as crianças os têm como ninguém.

Criança tem direito de correr, pular, saltitar daqui pra lá e de lá pra cá; criança não deve trabalhar. Tem que estudar, brincar, sonhar e imaginar. A criança tem direito a ler, dançar, fazer de conta.. Enfim, criança tem direito de ser feliz e todos têm o dever de cuidar para que o sonho de ser criança nunca possa acabar.

Como educadores, são muitos os desafios para que essas práticas sejam, realmente, incorporadas na vida de cada pessoa, pois, requer muito esforço, muita luta. Tem a ver com filosofia de vida e a maneira como transitamos no mundo. Porém, se aceitarmos as coisas passivamente, sem ao menos tentarmos, estaremos aceitando e contribuindo para a solidificação de uma sociedade imutável. Toda experiência, toda prática pedagógica perde o sentido, tornam coisas vãs. É preciso traçar novos rumos pautados em horizontes mais justos e humanos, como se fossem janelas abertas à criação. O ato de criar, de recriar, aquele que só a criança sabe fazer melhor do que ninguém...

REFERÊNCIAS

ABRAPIA. Disponível em: <[http:// www.abrapia.org.br/osdiferentestiposdeviolencias.htm](http://www.abrapia.org.br/osdiferentestiposdeviolencias.htm)>. Data de acesso: 16 de novembro de 2005

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CORAZZA, Sandra Mara. O que faremos com o que fizemos da infância?. In: Simpósio Internacional – **Crise da Razão e da Política na formação Docente**. Linhares, Célia e Garcia, Regina Leite (org.). Rio de Janeiro, 2001.

CORREIA, Teodósia Sofia Lobato. **Tempo da escola e outros tempos (quem viveu assim, sabe. E quem não viveu ... que pena!)**. Manaus: Editora da universidade do Amazonas, 1996.

CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30 . In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.) **História Social da Infância no Brasil**. 3 ed. r.a São Paulo: Cortez, 2001.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Infância, juventude e política social no Brasil**. Brasil criança urgente: a lei. São Paulo: Columbus, 1990.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90. São Paulo: Columbus, 1990.

DI FRANCO, Carlos Alberto. In: Fim da infância. Disponível em: <<http://www.portaldafamilia.org/artigos>>

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente: identidades em construção**. São Paulo: EDUC: Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FILHO, Aristeo Leite. Proposições para uma educação infantil cidadã. In: GARCIA, R. L. & FILHO, A. L. **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

Guiraldelli Junior, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez. 2. ed. 1994.

Histórico. Disponível em: <<http://www.ipahb.com.br/cidades/sãojoaodemeriti>>. Data de acesso: 23 de outubro de 2005.

_____ Disponível em: <<http://www.baixadafacil.com.br/cidades/iguacu>>. Data de acesso: 23 de outubro de 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos demográficos. Cidades/ Cidade de São João de Meriti, 2000.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/teen>>. Data de acesso: 19 de novembro de 2005

KING, Martin Luther King. In: Revista Nova Escola. Editora Abril. Edição 177, novembro, 2004.

KRAMER, Sonia. Infância e campos do saber – o que conhecemos das crianças. In: Infância – **Educação Infantil: reflexões para o início do século**. Seminário Internacional da Omeq. Rio de Janeiro: Ravil, 2000.

MELLO, Fernando Collor de. O “Ministério da Criança”. In: **Brasil criança urgente:a lei**. São Paulo: Columbus, 1990.

O DIA, Jornal. Sessão O Dia na baixada/Saúde. Domingo, 16 de outubro de 2005.

PAIVA, Ataulpho. O Brasil república e as normas científicas. In: **Infância tutelada e educação: história, política e legislação**. Organização Luiz Cavaliere Bazílio, Maria de Louder Sá Earp e Patricia Anido Noronha. Rio de Janeiro: Ravil, 1998.

Pastoral da Criança. Disponível em: <<http://www.pastoraldacrianca.org.br/portugues/estat.>>. Data de acesso: 3 de outubro de 2005.

PMDLIS. Programa Municipal de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Município de São João de Meriti. Rio de Janeiro, 2003.

_____. Lei Orgânica do Município. São João de Meriti. Rio de Janeiro, 2003.

Plano Municipal De Combate À Desnutrição Materno-Infantil/Pelo Direito À Infância São João De Meriti, 2002. Disponível em: <<http://www.baixadafacil.com.br/desnutricao>>. Data de acesso. 23 de Outubro de 2005

ROCHA, Ruth. **Os direitos das crianças segundo Ruth Rocha**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2002.

SARMENTO, Manoel Jacinto. A globalização e a infância: impacto na condição social e na escolaridade. In: GARCIA, R. L. & FILHO, A. L. **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria-Geral de Planejamento, Estudo Socioeconômico 2004 São João de Meriti.

Anexo

Questionário

Série:

Idade:

Sexo: Masculino Feminino

- 1) Quantas pessoas moram na sua casa?
- 1 pessoa
 2 pessoas
 3 pessoas
 4 pessoas
 5 ou mais pessoas
- 2) Como você se define?
- Amarelo
 Branco
 Negro
- 3) Quais as pessoas que moram na sua casa? (pode marcar mais de uma opção)
- seus pais (pai e mãe)
 só seu pai
 só sua mãe
 seus avós
 seus irmãos
 outros: _____
- 4) Nível de escolaridade do Pai
- Não tem escolaridade
 Ensino Fundamental (até 4ª série)
 Ensino Fundamental (até 8ª série)
 Ensino Médio (2º grau)
 Ensino Superior
- 5) Nível de escolaridade da Mãe
- Não tem escolaridade
 Ensino Fundamental (até 4ª série)
 Ensino Fundamental (até 8ª série)
 Ensino Médio (2º grau)
 Ensino Superior
- 6) Nível de escolaridade da pessoa responsável (caso não more com o pai ou a mãe)
- Não tem escolaridade
 Ensino Fundamental (até 4ª série)
 Ensino Fundamental (até 8ª série)
 Ensino Médio (2º grau)
 Ensino Superior
- 7) Seu pai trabalha?
- não trabalha
 sim, de carteira assinada
 sim, autônomo
- 8) Sua mãe trabalha?
- não trabalha
 sim, de carteira assinada
 sim, autônomo
- 9) Informar se a pessoa responsável trabalha (caso não more como pai ou com a mãe)
- não trabalha
 sim, de carteira assinada
 sim, autônomo

10) Marque um X nos lugares que você já foi pelo menos uma vez:

- Museu
- Cinema
- Teatro
- Parque
- Shopping
- Praia
- Nenhum desses lugares

11) Pratica esportes? Onde?

- não pratico
- sim, na rua
- sim, no clube
- sim, na academia
- sim, em outro lugar: _____

12) Você gosta de ser criança? Por quê?

13) Você ajuda nos serviços de casa? Como?

14) Quais são os brinquedos que mais gosta?

15) Você costuma brincar com que frequência?

- não brinco
- todos os dias
- às vezes
- só aos finais de semana

16) O que gosta de fazer nas horas vagas?

- ir ao shopping
- brincar
- assistir televisão
- jogar vídeo game
- ficar no computador
- outros: _____

17) Quais são as brincadeiras que mais gosta?

18) Quais são os lugares que costuma passear?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
DISCIPLINA: MONOGRAFIA II

ALUNO (A): Flávia Aparecida dos Santos Anselmo

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO: A Infância do Município de São João de Meriti: seus reflexos e influências

ORIENTADOR: Professora Maria Elena Viana Souza

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

Primeiro avaliador:

Professor convidado: CLAUDIA FERNANDEZ

Nota: 9.0

Considerações:

Texto muito bem escrito, tecido com coerência e coesão, dando ao leitor a seqüência e as intencões do texto.

Cuidado no trabalho de análise documental. Pesquisa bem detalhada, no sentido de compilação de dados acerca dos programas para infância, em especial, no município de São João de Meriti.

A análise feita nas duas escolas embora possa apresentar uma riqueza de dados, ^{os mesmos nos} as análises ficaram pouco exploradas em especial na Escola V. A falta -
falta de relacionar 'druzcos' de crianças nas escolas

Com as questões colocadas para a pesquisa foi interessante. No entanto, a relação entre os dados coletados e os aspectos apresentados nos capítulos anteriores ficou a desejar. No entanto, este é mesmo um trabalho difícil. Parabéns pela entrega e pelo produto final do trabalho. Foi uma boa produção.

Audrey Fernandes

Segundo avaliador:

Professor orientador: MARIA ELÉNA VIANA SOUZA

Nota: 10,0

Considerações:

Durante o processo de elaboração da monografia, a aluna demonstrou grande capacidade de síntese, de busca de informações no que se refere à coleta dos dados, pois, houve uma certa dificuldade no acesso às fontes, fato que justifique, talvez, a relação "incompleta" entre os dados e a teoria, pois, o tempo hábil para tal trabalho foi exiguo.

Confiro-lhe a nota máxima pelo esforço da aluna em realizar o estudo e entregá-lo na primeira data marcada.

Maria Elene Viana Souza

Terceiro avaliador:

Professor da disciplina Monografia II: Regina Elantra Coelho

Nota: 10,0

Considerações:

A monografia contém os principais elementos de um trabalho de
final de curso. MCA

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota Final
9,0	10,0	10,0	29,0	9,5

Rio de Janeiro, 05/01/2006

Flávia Aparecida dos Santos Anselmo

A INFÂNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI: seus reflexos e influências

Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em, 05 de Januário de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof. (Nome do Professor) – Orientador

Prof. (Nome do professor/a)

Lil Colthor

Prof. (Nome do professor/a)

Rio de Janeiro
2005

QUADRO RESUMO - ORIENTAÇÕES

Mês Setembro

Dia	15	22	27	29
Observações	Encontro Presencial	Presencial	Presencial	Presencial
Professor	RL	RL	RL	RL
Aluno	Flávio Amelmeo	Flávio Amelmeo	Flávio Amelmeo	Flávio Amelmeo

Mês Outubro

Dia	13	16	18	24
Observações	Presencial	Intermet	Presencial	Presencial
Professor	RL	RL	RL	RL
Aluno	Flávio	Flávio	Flávio	Flávio

Mês Novembro

Dia	10	17	22	24
Observações	Intermet	Intermet	Presencial	Intermet
Professor	RL	RL	RL	RL
Aluno	Flávio	Flávio	Flávio	Flávio

Mês Dezembro

Dia	12	16	19	20
Observações	Intermet	Intermet	Intermet	Encontro Final
Professor	RL	RL	RL	RL
Aluno	Flávio	Flávio	Flávio	Flávio